



## Índice

- 01 Seminário "Educação Superior de Indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro"
- 02 Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem
- 03 Quilombolas temem que novas tecnologias comprometam as tradições
- 04 Cresce tensão entre índios e agricultores em Vicente Dutra (RS)
- 05 Após reunião com MPF, índios mantêm ocupação da Funai no AM
- 06 Índios admitem vender madeira ilegal de área de reserva em MT
- 07 Latifúndio monta operação de guerra para expulsar índios de suas terras
- 08 VICENTE DUTRA - Cerca de 50 famílias indígenas estão em balneário
- 09 Nomes indígenas na região caipiracicabana.
- 10 Programa dá oportunidades para negros, índios e superdotados
- 11 Derrubada de árvores em reservas indígenas tem convivência de tribos
- 12 Conflitos entre ruralistas e indígenas norteiam debates na AL
- 13 Consuni aprova cota para quilombolas na UFT
- 14 São Paulo tem primeiro conselho de Educação quilombola do País
- 15 Jogos Quilombolas 2013 definem equipes classificadas no Amapá
- 16 Ação de cidadania é realizada para comunidade quilombola de Paratibe



- 17** Seminário discute licenciamento ambiental sustentável nos quilombos do Pará
- 18** MPF/RS ajuíza ação em defesa de quilombolas de Mormaça, em Sertão
- 19** Caminhada em defesa dos direitos quilombolas atrai milhares de simpatizantes
- 20** [Deus é contra as cotas?](#)
- 21** Caminhada dos Quilombolas reúne 300 pessoas
- 22** A vigília das comunidades quilombolas do Brasil
- 23** MPF/RN cobra regularização das terras do Quilombo de Macambira
- 24** MPF/MG quer publicação imediata da portaria de titulação do quilombo de Mangueiras
- 25** Petrobras vai indenizar parte da remoção de índios
- 26** Médica boliviana forma líderes indígenas do Amazonas em saúde
- 27** Exposição reúne obras contemporâneas de indígenas da América do Sul
- 28** Demarcação de territórios quilombolas afeta 3 mil famílias no Norte do Estado
- 29** Contrários à alteração em lei de demarcação, índios dizem que governo mexerá em decreto
- 30** Professores indígenas de Feliz Natal recebem formação continuada
- 31** Fim do conflito entre indígenas e fazendeiros custará pelo menos meio bilhão de reais
- 32** Recursos federais: R\$ 57 milhões para garantir territórios quilombolas
- 33** Defensoria Pública do Pará realiza atendimento em Território Quilombola em Porto



de Moz

- 34** Indígenas da Reserva Roosevelt recebem ação de cidadania, em RO
- 35** Várias casas são incendiadas em Itaiópolis, no Planalto Norte
- 36** Povos indígenas e o debate sobre políticas públicas
- 37** Anos 70: CPI do índio aprova relatório apresentado por deputado



**Seminário "Educação Superior de Indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro"**

SÍTIO CEDEFES, 22.11.2013

Seminário "Educação Superior de Indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro"

25 e 26/11/2013 – Brasília / DF

**PROGRAMAÇÃO**

25/11/2013 – Segunda-feira

8h30 às 10h Credenciamento

10h às 12h Lançamento do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais

Local: Auditório do Ministério da Educação

12h às 13h30 Almoço

13h30 às 14h Cerimônia de Abertura

Diretor Thiago Thobias (Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais – DPECIRER/SECADI/ MEC)

Representante SESu/MEC

Representante SETEC/MEC

Representante da CAPES

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (LACED/ Museu Nacional / UFRJ)

Representante da ABA

Representante da Fundação Ford

14h às 16h A Educação Superior de indígenas no contexto das políticas indigenistas no Brasil Contemporâneo: uma década de conquistas e desafios.

Ementa: análise conjuntural das políticas indigenistas com o foco na Educação Superior. Relação do desenvolvimento das políticas de Educação Superior com o contexto mais amplo das políticas indigenistas a partir da Constituição Federal de 1988.

Palestrantes:

Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano Baniwa (UFAM)

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional / UFRJ)

Profa. Dra. Beatriz Landa (UEMS)

Coordenadora: Coordenadora-Geral Rita Gomes do Nascimento Potyguara (CGEEI/ DPECIRER/SECADI/MEC)

16h às 16h15 Intervalo

16h15 às 17h30 Mesa 1 – Políticas e iniciativas de acesso, permanência e sucesso de indígenas no ensino superior - Representante da SESu/MEC: apresentação das políticas governamentais para Educação Superior de Indígenas, incluindo dados iniciais do Bolsa Permanência.

- Profa. Dra. Ana Gomes (UFMG): relato da experiência de acesso e permanência de indígenas na graduação (licenciaturas e outros cursos).

- Profa. Dra. Carmem Lúcia da Silva (UFMT): relato da experiência de acesso e permanência de indígenas na graduação.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

- Profa. Dra. Clarice Cohn (UFSCar)

Debatedora: Profa. Dra. Isabel Cristina Rodrigues (UEM)

17h30 às 18h30 Grupos de Trabalho

1. Acesso, permanência e sucesso de indígenas no ensino superior (demandas estratégias, programas etc.);

Coordenador: Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos (UFBA)

2. Licenciaturas interculturais indígenas;

Coordenador: Profa. Msc. Mariana Souza da Cunha (Instituto Insikiran/UFRR)

3. Formação universitária: conteúdos, monitorias, iniciação científica, cursos específicos sobre a questão indígena (área de sustentabilidade, saúde e gestão territorial), preparação para pós-graduação;

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Hilário (UFMS)

4. Indígenas nas pós-graduações.

Coordenador: Profa. Msc. Anari Braz Bomfim

19h Jantar

26/11/2013 – Terça-feira

8h30 às 10h Mesa 2 – Da graduação à pós-graduação de indígenas: perspectivas e desafios

- Representante da CAPES: apresentação das políticas governamentais

- Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg (FCC e PUC/ SP): relato da experiência de acesso e permanência de indígenas na pós- graduação.

- Profa. Dranda. Rosani Fernandes Kaingang (UFPA): relato da experiência de acesso e permanência de indígenas na pós- graduação.

Debatedor: Prof. Dr. André Lázaro (UERJ)

10h às 10h15 Intervalo

10h15 às 12h30 Grupos de Trabalho

1. Acesso, permanência e sucesso de indígenas no ensino superior (demandas e estratégias, programas etc.);

Coordenador: Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos (UFBA)

2. Licenciaturas interculturais indígenas;

Coordenador: Profa. Msc. Mariana Souza da Cunha (Instituto Insikiran/UFRR)

3. Formação universitária: conteúdos, monitorias, iniciação científica, cursos específicos sobre a questão indígena (área de sustentabilidade, saúde e gestão territorial), preparação para pós-graduação;

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Hilário Aguilera (UFMS)

4. Indígenas nas pós-graduações.

Coordenadora: Profa. Msc. Anari Braz Bomfim

12h30 às 14h Almoço

14h às 17h Plenária final

Leitura e debate dos relatórios e propostas de estruturação do documento final

17h30 Mesa de Encerramento

Secretária Macaé Evaristo (SECADI/MEC)

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (LACED / Museu Nacional / UFRJ)

18h Jantar





## **Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem**

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 22.11.2013

Disputas, construções de grandes empreendimentos e especulação imobiliária ameaçam a herança ancestral mantida viva pelas comunidades quilombolas. Das 2.408 comunidades certificadas pela FCP (Fundação Cultural Palmares), apenas 207 têm o título da terra e, em uma parte delas, os ocupantes não quilombolas ainda não foram retirados ou indenizados.

"A posse da terra é a maior dificuldade enfrentada atualmente pelas comunidades quilombolas. A titulação é um direito fundamental prevista na Constituição Federal", defende o diretor do departamento de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da FCP, Alexandro Reis. "Esse é o grande gargalo da questão quilombola nos dias de hoje".

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é claro quanto ao assunto: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

"À medida que isso não ocorre, a gente acaba prejudicando a comunidade porque outras pessoas acabam ocupando a terra quilombola. Vamos ter problemas de expulsão, violência no campo, violência contra essas famílias, atuação de grileiros e atravessadores até na atividade produtiva da comunidade", explica Alexandro Reis. "Titular a terra é algo fundamental para a comunidade quilombola no Brasil e é o grande desafio que temos hoje", acrescentou.

Há todo um processo pela posse da terra. As comunidades que já foram reconhecidas como quilombolas pela Fundação Palmares precisam fazer o pedido para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que é o responsável pela titulação. Então, são feitas análises da área e de possíveis contestações que possam aparecer no processo.

A fase seguinte é a regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas por desapropriação ou pagamento de indenização. Mas o processo, que também pode ser feito via Estados e municípios, é demorado. De acordo com informações do site do Incra, há processos abertos em 2003 que ainda não foram concluídos.

O secretário da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Viridiano Custódio, explica que a principal razão para a demora de alguns processos são disputas envolvendo a terra. "Disputa política, de território. Alguns setores, principalmente do meio agrário, são contra essa legalização porque os territórios, muitas vezes, ficam dentro ou perto de alguma terra que está em litígio", destacou. "Esse é um processo que acaba emperrando o trâmite".



## **Quilombolas temem que novas tecnologias comprometam as tradições**

SÍTIO PORTUGAL DIGITAL, 22.11.2013

*Manter a tradição. Esse é um desafio imposto às comunidades quilombolas. A tarefa torna-se mais difícil na medida em que os mais jovens passam a ter acesso e domínio sobre as novas tecnologias na rotina do mundo moderno como os computadores e os smartphones.*

Santiago do Iguape (BA) - Manter a tradição. Esse é um desafio imposto às comunidades quilombolas. A tarefa torna-se mais difícil na medida em que os mais jovens passam a ter acesso e domínio sobre as novas tecnologias na rotina do mundo moderno como os computadores e os smartphones. Os quilombolas mais tradicionais também são obrigados a conviver com a migração de amigos e parentes para grandes cidades na busca por empregos.

Apesar de tudo isso, os quilombolas que aderiram ao estilo de vida do século 21 não escondem a admiração pelos mais velhos e o orgulho das origens tem vencido em muitas comunidades. Para o diretor do departamento de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares (FCP), Alexandre Reis, a manutenção da cultura nas comunidades quilombolas foi uma questão de sobrevivência.

"Como o Estado abandonou essas populações, a única forma para a comunidade poder sobreviver e enfrentar as dificuldades foi exatamente preservar sua cultura, suas raízes, seu modo de falar, seu modo de produção, de relacionamento, poder estarem juntos para enfrentar uma situação muito difícil", explicou Reis.

Em Santiago do Iguape, interior da Bahia, que se reconheceu quilombola há poucos anos, os jovens fazem questão de não deixar a herança dos antepassados esquecida. O grupo musical afro Bantos traz nas letras das músicas ensinamentos sobre a escravidão, a tradição oral e a importância de valorizar as origens. "A música foge da alma. Nenhum ser humano consegue viver sem a música, então essa foi a forma que nós encontramos de ligar as nossas raízes com a juventude que vem chegando agora, que tem poucos ensinamentos da nossa realidade", conta o integrante do grupo, Givanildo Bispo .

"Às vezes, se a gente parar para contar a história dos nossos ancestrais, das nossas raízes, as pessoas não querem nem ouvir. Mas acabam parando para ouvir uma boa música e os jovens vão aprendendo quem foram os avós deles, os pais deles, de onde vieram, quem são", destacou Bispo.

Na Comunidade Kaonge, também na Bahia, os jovens trocam muitas experiências com os mais velhos e não têm a menor vontade de deixar os hábitos e tradições para trás. "Só em escutar as histórias dos nossos ancestrais é mais um motivo para a gente ficar na comunidade. Mas tem que ter resistência, dar continuidade, sempre vivenciar, acompanhando, participando de todos os núcleos de produções - forma de organização das comunidades da região em que

CONT.



todos participam de atividades produtivas como pesca, cultivo de plantas e produção de farinha -", diz a jovem Jorlane Cabral de Jesus, de 28 anos.

Para ela, se os jovens começarem a sair da comunidade, a tradição corre riscos. "O risco é imenso. Não quero nem pensar nisso. Eu não tenho filho hoje, mas quando eu tiver, vou fazer de tudo para ele ficar na comunidade", disse a jovem. "Vou querer que ele dê continuidade, que participe das reuniões, porque o que faz o jovem hoje é a arte. Se a gente não participar da arte, a gente fica fora de tudo."

Edmeia Batista Costa também é da Comunidade Kaonge. Ela tem 26 anos e uma enorme vontade de passar pra frente as tradições. "O jovem tem que ter na cabeça que ele precisa continuar a ancestralidade dos antepassados e que ele não pode deixar de jeito nenhum acabar a cultura da comunidade", destaca.

O trabalho da Comunidade Kaonge para manter os jovens é grande. Autoestima e orgulho do legado são lições que os mais velhos ensinam e que são reforçadas com a organização social da comunidade. A líder espiritual kaonge, Juvani Jovelino, conta que o abandono da comunidade, pelos mais jovens, sempre foi uma preocupação. "Os mais velhos estão aí e quem vai dar continuidade ao trabalho? Os jovens têm que aprender o que a gente faz, têm que dar continuidade. Por isso que eu digo: eles têm que ficar aqui na comunidade, falando a nossa língua".

No Muquém, a comunidade quilombola mais próxima do local onde era o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, uma grande parte dos homens trabalha no corte de cana. Alguns, fora do estado. Os jovens já começam a sair em busca de emprego nas cidades próximas. E os que ficam, já não se interessam pelas tradições.

A comunidade é conhecida pela produção de cerâmica. "A nossa preocupação maior é realmente que os jovens não têm interesse em fazer o artesanato. Alguns têm até vergonha de trabalhar com o barro", contou a líder comunitária Dorinha Cavalcante. Ela receia que, quando os artesãos mais idosos Para nós, há uma preocupação muito grande se quando os artesãos, já idosos pararem de trabalhar toda a cultura local acabe.

"É por isso que a gente está com um trabalho constante de incentivar esses jovens e mostrar para ele a importância da cultura da cerâmica. Acabando a cerâmica, acabando os artesãos, automaticamente a comunidade vai ficar esquecida", acrescentou Dorinha.

A lavradora da Comunidade Kalunga Aurea Paulino dos Santos tem 28 anos. Ela entende de raízes e ervas medicinais, tem roça e ensina aos filhos o que sabe. Mas ela teme o fim das tradições. "Quando eu era menina tinha tradição que hoje ainda tem, mas está diminuindo. Tem as rezas, devoção que a gente fazia que se a gente adoecesse, se apegava com aquele santo e a gente melhorava, então a gente ficava sendo devoto. E hoje isso diminuiu muito", conta.

Áurea conta que hoje em dia quem adoece na comunidade vai direto para o hospital e não procura os tratamentos tradicionais com ervas. "Se for desenganado do hospital, não corre

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

atrás dessa devoção que corria antes. Até quando eu estava com 10 anos, todo mundo usava remédio de erva medicinal. Meu avô era raizeiro então fazia muito remédio. O pessoal adoecia e procurava a casa dele em vez de procurar médico. E hoje isso está acabando."

## **Cresce tensão entre índios e agricultores em Vicente Dutra (RS)**

SÍTIO RURAL BR, 22.11.2013

*Agricultores fizeram manifestação após índios saquearem casas e um balneário da cidade*



Foto: Prefeitura de Vicente Dutra  
Agricultores impediram a passagem de veículos por duas horas

A sexta, dia 22, foi tensa no município de Vicente Dutra, no norte do Rio Grande do Sul. Índios saquearam casas em um balneário e agricultores fizeram manifestação contra a demarcação de terras. Eles também exigem a punição para os índios que espancaram o trabalhador rural na quinta, dia 21.

Durante a noite de quinta e madrugada de sexta, os indígenas saquearam cerca de 100 casas do balneário Águas do Prado. O local fica numa área em estudo para ser repassada aos índios caingangues. Eles levaram móveis, eletrodomésticos e algumas residências tiveram portas e janelas destruídas. Na manhã desta

sexta a administração do balneário conseguiu uma liminar de reintegração de posse e os veranistas puderam entrar para retirar o que sobrou.

Na rodovia RS 150, que dá acesso ao município, agricultores impediram a passagem de veículos por duas horas. Eles protestaram contra a ação dos índios e pediram o fim das demarcações de áreas indígenas na região. O prefeito da cidade, João Paulo Pastório decretou situação de emergência.



---

**Após reunião com MPF, índios mantêm ocupação da Funai no AM**

SÍTIO G1/AM, 22.11.2013

*Grupo ocupa sede desde dia 4 de novembro pedindo saída de coordenador.  
Reunião na quarta-feira da próxima semana (27) vai discutir propostas.*

Índios acampados na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), na Zona Centro-Sul de Manaus, se reúnem com autoridades do Ministério Público Federal (MPF), no fim da manhã desta sexta-feira (22). Não houve acordo para o fim da desocupação. Eles invadiram a sede do órgão desde o último dia 4 de novembro. O grupo protesta contra o tratamento dado pelo órgão aos índios que vivem na área urbana e pedem a exoneração de Eduardo Desidério, o coordenador regional da Funai.

A reunião durou cerca de uma hora. Houve princípio de tumulto no local. Os indígenas tentaram expulsar o atual coordenador regional, mas situação foi controlada.

O MPF informou a inspeção judicial faz parte do processo de reintegração de posse do imóvel movido pelo órgão federal. A juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe e o procurador da República Júlio José Araujo Junior estiveram no local, acompanhados do coordenador regional da Funai em Manaus, Eduardo Deziderio, para verificar as condições de conservação do prédio.

"A inspeção mostrou que a ocupação é pacífica, já que não foram identificados indícios de depredação no local. Um relatório de inspeção será produzido a partir da visita para subsidiar a decisão da Justiça em relação ao pedido liminar de reintegração de posse ajuizado pela Funai", comunicou o MPF, por meio da assessoria.

Na reunião, a Funai apresentou propostas de participação de representantes dos índios que vivem na zona urbana das cidades no Comitê Regional da Funai e criação de uma Coordenação Técnica Local específica para tratar da assistência a esses indígenas. Os indígenas apresentaram documento contendo 23 reivindicações direcionadas à Funai.

O MPF/AM pediu que a Funai se manifeste formalmente sobre os itens do documento antes da próxima reunião sobre a questão, marcada para a quarta-feira da próxima semana (27), quando os indígenas também deverão se manifestar sobre as propostas da Funai.

## **Índios admitem vender madeira ilegal de área de reserva em MT**

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 22.11.2013



Durante fiscalização do IBAMA a uma extração ilegal de madeira na reserva dos Cintas Largas, região de Aripuanã, o cacique da aldeia confessou que os indígenas estariam vendendo madeiras, extraídas ilegalmente da área, a madeireiros da região.

Consta que os agentes entraram na reserva e acabaram encontrando logo em seguida, um caminhão carregado com toras, um acampamento com trabalhadores responsáveis pela extração da madeira, além de centenas de árvores, já abatidas.

Porém, ao retornar da fiscalização, os fiscais foram surpreendidos por índios de várias aldeias, que estavam pintados para a guerra. Os agentes foram impedidos de sair do local e levados a um barracão, onde o conselho da tribo estava reunido.

Ocorre que um dos fiscais conseguiu filmar parte do encontro. Conforme o Jornal Hoje consta que um índio teria dito: "O IBAMA entrou sem se comunicar com o cacique da aldeia". Ao que teria sido respondido pelo fiscal: "O objetivo aqui não é criar confusão com vocês, nem desrespeitar ninguém".

Só fazer a nossa vistoria e ir embora. Tinha um caminhão lá dentro e a gente está aqui para ouvir se esse pessoal está entrando por aqui, se está entrando por outro lugar. Se é autorizado, se não é autorizado por vocês".

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

Na sequência, os indígenas admitem que estejam vendendo madeira da reserva. A justificativa apresentada por eles foi o fato de a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ter interrompido o fornecimento de cestas básicas à tribo.

“Nós vendemos madeira ilegal porque nós temos necessidade de conseguir as coisas. A FUNAI cortou o recurso da cesta básica”, disse um dos índios.

Conforme a reportagem, os Cintas Largas perceberam que estavam sendo gravados e só liberaram os agentes depois que o helicóptero do IBAMA sobrevoou a aldeia, em um voo rasante.

À reportagem, o coordenador da FUNAI em Juína, Antônio Carlos Ferreira de Aquino disse que os Cintas Largas não têm direito a cestas básicas e que nem todos os índios vendem madeira.



**Latifúndio monta operação de guerra para expulsar índios de suas terras**  
SÍTIO DIÁRIO LIBERDADE, 22.11.2013



Brasil - LBI-QI - Uma verdadeira operação de guerra está sendo montada pelos latifundiários para expulsar os índios das suas terras no Mato Grosso do Sul e em outros estados da federação como Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina.

Áreas indígenas já definidas e prontas para serem demarcadas tiveram sua legalização suspensa pelo governo Dilma, rapidamente a "gerentona" petista rendeu-se aos argumentos dos latifundiários sob a promessa de seu apoio eleitoral em 2014. A ofensiva dos chamados

"produtores rurais" se dá porque as terras dos povos originários foram griladas e transformadas em grandes fazendas, hoje em parte ocupadas pelos índios. Esse conflito já provocou a morte de várias pessoas, como o jovem indígena da tribo da etnia Terena, Oziel Gabriel, covardemente assassinado no mês de junho quase à queima-roupa pela Polícia Federal do governo Dilma durante uma ordem de "reintegração de posse" da Fazenda Buriti em Sidrolândia (Mato Grosso do Sul) encomendada pelo proprietário da fazenda, o ex-deputado estadual e grileiro Ricardo Bacha, representante da oligarquia ruralista mais reacionária e retrógrada da região. Os índios terenas reivindicam uma área de 10,4 mil hectares, onde hoje existem várias propriedades. As fazendas ocupadas ficam ao lado da aldeia de 94 hectares onde vivem 2,2 mil índios. Os latifundiários já pediram a reintegração de posse e estão organizando os chamados "leilões da resistência" para comprar armas e equipar suas milícias de paramilitares a fim de perseguir e matar os índios. No mínimo exigem altas indenizações do governo federal para "repassarem" as terras tomadas dos seus donos originários.

Segundo dados do Censo 2010, são mais de 800 mil índios, cerca de 0,4% da população brasileira, vivendo em terras indígenas e em áreas urbanas. Na queda de braço entre os latifundiários e indígenas, os últimos sempre saem perdendo. Roubados de suas terras desde a invasão em 1500, sistematicamente os povos originários foram sendo atacados, dizimados e humilhados. Como sempre o governo Dilma a pretexto de "conciliar os conflitos" se coloca ao lado dos grandes latifundiários. Na última audiência no Senado Federal sobre o tema, Kátia Abreu, senadora, presidente da CNA e apoiadora do governo da frente popular, exigiu aos gritos perante o Ministro Eduardo Cardoso a expulsão dos índios ou gordas verbas indenizatórias, ameaçando que até 07 de dezembro os latifundiários irão fazer leilões e preparar a expulsão dos índios diretamente através de seus jagunços. O ministro, totalmente na defensiva, afirmou "Temos uma orientação da presidente Dilma Rousseff para montar um

CONT.



programa de verbas que permitam equacionar esse conflito em cada área. Vamos dialogar área por área e respeitar o direito de todos os envolvidos. Podemos ter indenizações, aquisições de recursos, várias formas de composição a serem negociadas. A ideia é que possamos iniciar o mais rápido possível o processo de discussão. É importante deixar claro que onde houver tentativa de retomada de áreas com força física não iremos aplicar esse programa". Até o momento, Cardozo suspendeu a demarcação e criou uma "comissão especial" com o objetivo de "solucionar o impasse", dando mais espaço neste fórum para os latifundiários. Em outubro, o ministro defendeu a edição de uma portaria que modificaria as regras de demarcação e que outros órgãos tivessem o direito de participar das decisões, como entidades rurais. Atualmente, a Fundação Nacional do Índio (Funai) é o único órgão responsável pelo parecer técnico que define se as propriedades são ou não terras indígenas.

Fica claro que a política do governo petista de deixar o tempo resolver o problema não está revelando uma solução para os indígenas, o que está levando a região a uma tensão e o aumento exponencial da violência contra os indígenas. A postura arbitrária e criminosa imposta pelo governo federal deve ser denunciada como a responsável da violência contra os indígenas e não o fato de os indígenas, devido a recusa do governo Dilma em demarcar as terras, iniciarem as retomadas de suas terras. A "mesa de negociação" imposta pelo governo federal e estadual não existe na prática, é apenas uma ferramenta contrária à demarcação e, também, para os latifundiários ganharem tempo e instalarem um clima de terror nas comunidades indígenas. Da mesma maneira como as forças policiais tratam o problema, que sempre atuam contra os indígenas e acobertam os crimes do latifúndio. Até agora não houve nenhuma punição dos crimes cometidos contra os indígenas, como por exemplo mortes, ameaças, residência incendiadas etc. Neste sentido, uma presença maior e mais ostensiva das Forças de Segurança Nacional e da PF não irão garantir a integridade dos indígenas. Pelo contrário, serve apenas para conter a continuação da retomada das áreas dos latifundiários e manter a política dos governos estadual e federal de favorecer os latifundiários, cuja intervenção tende a fazer com que a violência contra os indígenas recrudesça. Frente a esta realidade, entidades representativas dos latifundiários do Mato Grosso do Sul estão organizando para o dia 7 de dezembro, em Campo Grande, um leilão de animais, commodities, máquinas e produtos doados pelos próprios agricultores e pecuaristas do estado, para arrecadar recursos para ações contra as invasões indígenas.

Longe da propaganda midiática do governo da frente popular de "inclusão das minorias", o que se tem visto desde a época colonial é uma política de extermínio sistemático dos índios em todo o território nacional. Trata-se de um processo de expropriação territorial por parte dos grandes latifundiários e do chamado agronegócio com o objetivo de utilizar-se dos recursos naturais (terra, água, madeira, subsolo) e consequentes violações dos direitos mais básicos dessas populações originárias, como o acesso à alimentação, educação e saúde, ataques intensificados no último período na região depois que o governo Lula/Dilma estabeleceu o chamado pacto oligárquico com os representantes do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro. Os conflitos, neste quadro, tendem a se intensificar, uma vez que no Mato Grosso do Sul concentra-se a maior população indígena do país, com cerca de 74 mil índios, todos já praticamente urbanizados e dependentes dos recursos da Funai ou de ONGs pró-imperialistas para sobreviver. O enorme poder político do latifúndio associado às grandes companhias, uma vez que o chamado agronegócio se tornou um dos pilares do modelo econômico patrocinado

CONT.



pela frente popular, é baseado em grande parte, na exportação de commodities primárias. O que se vê por estas áreas é um mar de soja, cana-de-açúcar e pastagens para o gado bovino. Evidentemente que as terras em litígio acabaram por se transformar num empurra-empurra no qual o Palácio do Planalto não quer de modo algum se confrontar com aliados da índole do senador Blairo Maggi (PR) e da senadora Kátia Abreu (PMDB), ambos da base de apoio do governo Dilma...

A dramática situação dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, e particularmente dos Guarani-kaiowá não é diferente daquela que se verifica em várias outras regiões do Brasil, como se viu no conflito entre produtores arrozeiros e a maioria indígena na reserva Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. O que impressiona é o grau de acirramento dos conflitos. Em primeiro lugar, isso acontece porque no Mato Grosso do Sul se encontra a segunda maior população indígena do País, 73.295 pessoas, número somente superado pelo Amazonas (168.680), com a diferença que os índios do Centro-Oeste estão muito mais urbanizados e dependem diretamente da Funai para sobreviver, já que suas terras foram tomadas pelos grandes proprietários, isolando-os culturalmente e tirando-lhes os meios de sobrevivência natural. Juntos, os grupos de língua guarani falantes do dialeto kaiowá (autodenominados kaiowá) e os que falam nhandeva (autodesignados guarani) conformam hoje o maior grupo indígena do País, com cerca de 45 mil pessoas, distribuídas por mais de 30 terras indígenas e 31 acampamentos à beira de estradas ou em pequenas porções de terra dentro de imensos latifúndios, impondo-se de fato um lento extermínio desses povos. Hoje, a situação enfrentada pelos jovens guarani-kaiowá nessas reservas lembra muito a que é vivida nas periferias das grandes metrópoles brasileiras. Os índios não são homens desprovidos de interesses na luta de classes. Alguns chefes, principalmente no norte do país, se tornam políticos burgueses, comerciantes, assumem postos em cargos de confiança na Funai e não vivem como a maioria dos índios, como camponeses pobres ou assalariados mal remunerados por comerciantes, pelas ONGs e mineradoras.

Os marxistas revolucionários defendem que os seculares donos da terra expulsem de seu território tanto o latifundiários como as ONGs biopiratas e as mineradoras. A solução para o problema da demarcação das terras indígenas, assim como dos camponeses pobres e quilombolas, está na revolução agrária, na derrota do governo burguês latifundiário de plantão, Lula/Dilma, e no confisco dos bens e das tecnologias das transnacionais. Como nos ensinou o dirigente bolchevique Leon Trotsky, "A vitória da revolução é inconcebível sem o despertar das massas camponesas indígenas e lhes dará, por sua vez, o que tanto lhes falta hoje: a confiança em suas próprias forças, uma consciência maior de sua personalidade, o desenvolvimento de sua cultura... Nessas condições, nossa propaganda deve e pode, sobretudo, partir das palavras de ordem da revolução agrária, a fim de levar, passo a passo, sobre a base de sua experiência da luta, os camponeses às conclusões políticas e nacionais necessárias. Se estas considerações políticas são exatas, não se trata da questão do programa em si, mas a de saber por qual caminho fazer penetrar este programa na consciência das massas indígenas" (O problema nacional e as tarefas do partido proletário, 20/04/1935). Para isso, faz-se necessário a ampla solidariedade a luta dos povos originários, a denúncia do governo da frente popular, aliado dos latifundiários e o direito à autodefesa dos índios contra os pistoleiros! Para avançar a luta dos povos originários faz-se necessário que este combate aponte na perspectiva da revolução agrária com a expropriação do latifúndio produtivo sem

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

indenizações aos latifundiários! No caso específico da luta dos índios Terenas, está colocada na ordem do dia cobrir de solidariedade sua luta em defesa da permanência em suas terras nativas, cabendo aos povos originários se organizarem em comitês de autodefesa para garantir seu direito à moradia, cultivo e a sobrevivência cultural!





**VICENTE DUTRA - Cerca de 50 famílias indígenas estão em balneário**  
SÍTIO ROBERTO LORENZON, 22.11.2013

*Índios invadiram o local após confusão com vigia do empreendimento*

Após conflito na noite desta quarta-feira (20) , cerca de 50 famílias indígenas da tribo Caingangue de Vicente Dutra estão acampadas no interior do Balneário Águas do Prado, localizado no município. No total, a tribo conta com aproximadamente 70 famílias.

Conforme o comando da Brigada Militar, apenas oito policiais permanecem no município, monitorando a situação, já que o clima está mais tranquilo. Mesmo assim, o Pelotão de Operações Especiais está de prontidão na sede do batalhão em Frederico Westphalen, caso haja novos conflitos.

Uma estrada vicinal, localizada na comunidade de Rio dos Índios, interior de Vicente Dutra, permanece bloqueada, e nesta quinta-feira (21) ônibus escolares foram impedidos de transitar pelo local.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi notificada sobre a situação, mas até a tarde desta quinta-feira (21) nenhum representante do órgão esteve no município, segundo a Brigada Militar.

Apesar de ter iniciado com um desentendimento, após um acidente de trânsito no interior do balneário, a ação dos indígenas é mais um capítulo da tensão entre a tribo e moradores, devido à demarcação de terras, que se arrasta há 20 anos. Mais de 700 hectares de terra foram considerados área indígena em Vicente Dutra, incluindo o espaço onde está localizado o Balneário Águas do Prado. O processo ainda tramita em Brasília.

Entenda o caso

No final da tarde de quarta-feira (20), por volta das 19h00, um acidente de trânsito teria ocorrido no balneário, envolvendo um indígena, o que provocou desentendimento com o vigia do espaço.

Segundo relato dos índios à polícia, o vigia teria disparado com arma de fogo contra os indígenas, que voltaram instantes depois e agrediram o homem com golpes de facão. Altair dos Santos Bueno, 48 anos, teve ferimentos em um dos braços e na testa e foi levado ao Hospital de Frederico Westphalen, onde está internado com quadro estável. No momento das agressões, a Brigada Militar chegava ao empreendimento e uma viatura da guarnição foi apedrejada, mas nenhum policial ficou ferido.

Conforme o capitão Scartacini, da Brigada Militar, uma das cabanas do balneário também foi  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

incendiada, possivelmente pelos indígenas, e os Bombeiros de Frederico Westphalen estiveram no local para controlar o fogo e fazer o rescaldo. Ainda foi danificado o pórtico do estabelecimento e trancada a rodovia ERS-150, por cerca de 15 minutos. Uma das famílias que residem no balneário foi retirada do local e as demais preferiram não deixar o espaço.

Cerca de 30 policiais foram até a cidade na noite de quarta-feira para controlar o conflito e aproximadamente 20 deles permaneceram no local até a manhã desta quinta-feira.

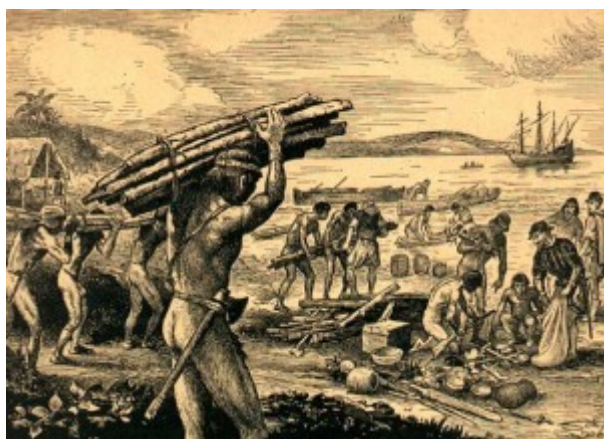
Fonte: Rádio Porto Feliz

Publicado por: Jonatas Cerbaro

## **Nomes indígenas na região caipiracicabana.**

SÍTIO A PROVÍNCIA, 22.11.2013

*A presença do índio permanece em nomes de bairros e distritos: Bongue, Jupιά, Ipanema, Morumbi, Itapuã, Tupi, Caiubi...*



A influência indígena na região de Piracicaba é muito mais ampla e marcante do que atualmente se considera. Infelizmente, estamos quase esquecidos de que o índio e o português tiveram um encontro secular às margens do rio Piracicaba, que é nome dado pelos indígenas. A região tem Capivari, Tietê, Mombuca, Anhembí, entre os mais próximos, com nomes indígenas.

O município de Piracicaba está, também marcado por bairros, distritos e localidades com nomes originários da língua tupi-guarani. Vejamos alguns deles.

### **O Bongue**

Há pessoas, sempre políticos, querendo descaracterizar o Bongue, tentando mudar até mesmo a Estrada do Bongue para nome de empreiteiros. Será um crime contra o patrimônio cultural de Piracicaba. Pois o Bongue é, desde a própria palavra, revestido de mistérios, de lendas, o local onde viveu e existiu a Inhala Seca, a lenda que assombrou Piracicaba. No Bongue, a Inhala Seca atormentava as almas inquietas.

A própria palavra "bongue" não está, ainda, explicitada, podendo ser originária de "ponga", "pongá", "bonjy", "bongá" coisa que ressoa, ruído confuso, de som metálico, como o da araponga. Ou refúgio de escravos, de índios foragidos com seus gritos assustadores. Esses ruídos poderiam ser, conforme Mestre Guilherme Vitti, "ecos quando se emitem gritos ou alaridos, em razão do conformato do morro em curva". Para muitos, eram gritos de arapongas e gemidos da Inhala Seca.

### **Outros nomes e significados**

Algumas regiões e bairros com nomes indígenas e seus significados:

Caiubi: folha azul. (Distrito atual de Santa Bárbara d'Oeste.)

CONT.



---

Capuava: abrigo coberto com folhas do mato.

Corumbataí: rio dos peixes corimbatás. (Antiga denominação do Distrito de Santa Terezinha.)

Gibóia: de jibóia, cobra d'água.

Ibitiruna: montanha preta.

Ipanema: água ruim.

Itapeva: o ribeirão sob a Avenida Armando Salles: pedra chata, de pouca altura.

Itapuã: pedra erguida.

Jaraguá: o senhor do vale, montanha grandiosa.

Jupiá: espinheiro.

Morumbi: morro, colina verde.

Piracicamirim: Piracicaba, o rio, pequeno; lugar pequeno de parar o peixe.

Tatuapé: caminho dos tatus.

Tupi: pai supremo, primitivo.





---

**Programa dá oportunidades para negros, índios e superdotados**

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 22.11.2013

O Diário Oficial da União publicou nesta quinta-feira (21), portaria ministerial que oficializa a criação do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, assinado no dia 17 de novembro pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

O objetivo do programa é oferecer formação e capacitação, em instituições de excelência no Brasil e no exterior, a estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e superdotados. A meta da ação é facilitar o ingresso desses estudantes em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisas.

Além da formação acadêmica do grupo cotista por meio de concessão de bolsas, a Portaria nº 1.129 prevê a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas à educação.

A ideia é promover a competitividade e a inovação em áreas prioritárias para a promoção de igualdade racial e do combate ao racismo, e garantir a valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e inclusão no Brasil, e da difusão do conhecimento da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O programa pretende, ainda, ampliar a participação dos estudantes pretos, pardos, indígenas e superdotados em graduação e pós-graduação no exterior, bem como aprimorar a cooperação internacional na área de educação, ciência, tecnologia, inovação e políticas públicas de igualdade racial.

Abdias

Político, ativista social e escritor, Abdias Nascimento morreu aos 97 anos, em 2011. Na política, foi deputado federal (1983-1987) e senador (1997-1999). Como ativista militante, colaborou na criação do Movimento Negro Unificado. Desse movimento, surgiu a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nas artes, Abdias destacou-se em vários campos, em especial na criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944.

Fonte: Diário Oficial da União



## **Derrubada de árvores em reservas indígenas tem convivência de tribos**

SÍTIO POCONÉ ON LINE, 22.11.2013

Depois de transformar em pastos a maior parte das florestas de Mato Grosso, os madeireiros se voltaram agora para as terras indígenas em busca de matéria-prima. A mata contínua faz parte das grandes terras indígenas da região. Do alto, dá para ver onde termina a reserva dos Cintas Largas. Nas fazendas vizinhas, sobrou só pasto. Quando o helicóptero pousa, o IBAMA descobre uma estrada clandestina com muita madeira pronta para o embarque.

Nem todos os acessos às reservas são desertos. Para cruzar uma das aldeias, os agentes pediram a um índio que liberasse a estrada. Dois quilômetros adiante, eles encontraram um caminhão já carregado, um acampamento de peões e centenas de árvores abatidas.

Quando a fiscalização retornou, encontrou índios de várias aldeias pintados para a guerra. Nervoso, o cacique disse que o IBAMA não podia entrar na reserva sem a autorização dele. Impedidos de sair, os agentes foram levados para um barracão, onde o conselho da tribo estava reunido.

Com uma câmera escondida, um dos fiscais filmou parte do encontro:

Índio: O IBAMA entrou sem se comunicar com o cacique da aldeia.

IBAMA: O objetivo aqui não é criar confusão com vocês, nem desrespeitar ninguém. Só fazer a nossa vistoria e ir embora. Tinha um caminhão lá dentro e a gente está aqui para ouvir se esse pessoal está entrando por aqui, se está entrando por outro lugar. Se é autorizado, se não é autorizado por vocês.

Os índios admitiram que passaram a vender madeira depois que a FUNAI cortou as cestas básicas da tribo. "Nós vendemos madeira ilegal porque nós temos necessidade de conseguir as coisas. A FUNAI cortou o recurso da cesta básica."

Quando um dos índios percebeu que o encontro estava sendo gravado, a situação ficou ainda mais tensa. Os Cintas Largas só liberaram os agentes depois que o helicóptero do IBAMA sobrevoou a aldeia, em um voo rasante.

Depois do incidente, a equipe do Jornal Hoje procurou o coordenador da FUNAI em Juína. Antonio Carlos Ferreira de Aquino disse que os Cintas Largas não têm direito a cestas básicas e que nem todos os índios vendem madeira.

"Os madeireiros abordam os índios, assediam, levam para churrascaria, pagam hotel, combustível, pensando nesse retorno de ir dentro da terra indígena e tirar madeira", explica. O coordenador da FUNAI diz que o assédio dos madeireiros sobre os Cintas Largas é cada vez maior. Afinal, na região só resta floresta nas terras indígenas.

## **Conflitos entre ruralistas e indígenas norteiam debates na AL**

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 22.11.2013



Deputados Zé Teixeira, Pedro Kemp e Junior Mochi

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul novamente foi palco de debates envolvendo a questão dos conflitos fundiários entre produtores rurais e índios. Os deputados estaduais Zé Teixeira (DEM), Pedro Kemp (PT) e Junior Mochi (PMDB) discursaram sobre o assunto na tribuna.

Zé Teixeira, vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas da Casa de Leis, foi o primeiro deputado a ocupar a tribuna. Ele criticou a postura dos

integrantes de vários movimentos sociais que ontem à tarde foram até o MPF (Ministério Público Federal) denunciar a realização de leilão por parte dos produtores rurais visando à contratação de seguranças privados para evitar invasões em suas terras.

Na opinião do parlamentar, os produtores rurais têm o direito de ter segurança e organizar leilão para continuar cobrando do Governo Federal medidas que possam dar fim ao impasse. "O leilão será feito, pois os fazendeiros estão desesperados com o que está acontecendo no nosso Estado. As autoridades constituídas não fazem nada, então a classe produtora precisa agir", explicou, lembrando que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, já esteve em Mato Grosso do Sul para intermediar a situação de conflito, mas o Ministério até o momento não tomou uma medida concreta.

O "Leilão da Resistência" está marcado para acontecer no dia 7 de dezembro. Os produtores pretendem leiloar de galinha a gado de elite. A iniciativa foi decidida em comum acordo entre os produtores e representantes da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Associação Comercial de Campo Grande, Assomasul (Associação dos Municípios de MS), entre outros órgãos, durante reunião realizada neste mês.

Pedro Kemp, 2º secretário da Assembleia Legislativa, defende a ação dos movimentos sociais em denunciar o leilão. Ele acredita que a atitude só foi tomada mediante o cenário de guerra que está prestes a ser presenciado caso uma solução não seja dada para o fim dos conflitos. "É importante que os movimentos sociais se manifestem. Essas pessoas querem evitar mais derramamento de sangue".

O deputado petista considera que o ministro José Eduardo Cardozo precisa retomar as negociações para evitar uma guerra. "Estão dizendo que o prazo limite para que o problema seja solucionado é 30 de novembro. Sinceramente não sei o que vai acontecer depois disso".

CONT.



Inércia - Líder do governo na Casa de Leis, o deputado Junior Mochi informou que na terça-feira (19/11), durante reunião na governadoria, ficou definida a viagem do governador André Puccinelli (PMDB) hoje a Brasília para uma audiência com Cardozo no sentido de que soluções efetivas em relação à negociação das terras se concretizem.

Mochi culpa o Governo Federal pela inércia com que tem tratado o problema em Mato Grosso do Sul. Segundo ele, em 2011 o Executivo, juntamente com a Polícia Federal, MPF, Funai (Fundação Nacional do Índio), entre outros órgãos, elaborou um Termo de Cooperação Técnica enfocando um plano de trabalho para que os conflitos entre índios e produtores cessasse. "Encaminhamos o documento para o Ministério da Justiça e até este ano não obtivemos resposta. Entramos em contato e recebemos a informação de que o documento havia se perdido. Reenviamos o termo no último dia 24 de outubro", afirmou.

Entre as prerrogativas sugeridas pelo Termo de Cooperação Técnica, por exemplo, está um planejamento de custo para policiamento indígena. "Esse termo já era para estar em vigor", reclamou Junior Mochi.

Moção de repúdio à inoperância do ministro Cardozo foi sugerida pelo deputado Zé Teixeira caso a situação perdure. "Espero que essa moção não seja necessária", reiterou.





---

**Consuni aprova cota para quilombolas na UFT**  
SÍTIO ASSUFBA, 22.11.2013

Na tarde desta terça-feira (19), véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, durante a reunião do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins, foi aprovada a cota para estudantes pertencentes a comunidades quilombolas no processo seletivo dos cursos de graduação da UFT. O Conselho reuniu-se no auditório do Bloco IV, e a sessão foi conduzida pelo reitor Márcio Silveira e pela vice-reitora Isabel Auler.

Após explanação e discussão da proposta pelos conselheiros, eles votaram de modo unânime pela criação de uma cota específica para moradores e descendentes de comunidades quilombolas no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFT, garantindo 5% das vagas disponíveis (o que perfaz um total de 85) para os candidatos com este perfil, para ingresso a partir do segundo semestre de 2014.

"Estou muito feliz, não só por mim, mas por todas as comunidades quilombolas, por este espaço aberto na UFT, um espaço que nós não tínhamos antes, mas agora reconhecidamente como quilombolas", disse Samara Tavares da Silva, estudante e representante das comunidades de Carrapato, Mata e Formiga sobre a aprovação da cota.

Outro estudante que comemorou a aprovação foi Clebson Crisóstomo Valadares, da comunidade quilombola Poço Dantas, no município de Almas. "É algo muito importante e que vai trazer oportunidade aos jovens e também a adultos que desejam estudar na universidade", disse. Na reunião do Consuni também estiveram presentes o secretário estadual do Meio Ambiente e ex-reitor, professor Alan Barbiero, e mais de 70 representantes de comunidades quilombolas do Tocantins, além de estudantes e integrantes de movimentos de luta pelos direitos dos negros e quilombolas.

Entre as considerações apresentadas pelas lideranças quilombolas, a principal se referia ao percentual de 5% das vagas para os cotistas, o mesmo número da cota para indígenas. O questionamento foi feito porque os números da presença de quilombolas no estado é consideravelmente maior do que de indígenas, introduzindo a sugestão para a reserva de 10% das vagas.

A vice-reitora Isabel Auler apresentou uma leitura da projeção dos números de cotas para os anos de 2014, 2015 e 2016. A vice-reitora mencionou que estes 5% serão disputados exclusivamente entre os quilombolas, e que o atual sistema do Ministério da Educação destina mais 25% das vagas deste ano, outros 37% no próximo ano, e atinge 50% em 2016, para estudantes de escolas públicas, indígenas, negros e pardos.

"A universidade não pode fechar suas portas para os oprimidos, para as minorias e para todos aqueles que precisam dela", disse o reitor Marcio Silveira quando da apresentação da proposta durante a reunião, enfatizando a importância do momento histórico e da relevância da

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

---

aplicação da política pública referente à inclusão de quilombolas pela UFT, de modo pioneiro – assim como foi para as cotas indígenas.

Fonte: <http://www.andifes.org.br/>



## **São Paulo tem primeiro conselho de Educação quilombola do País**

SÍTIO TODOS PELA EDUCAÇÃO, 22.11.2013

*Iniciativa é do Núcleo de Inclusão Educacional, da Secretaria da Educação do Estado*

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo nomeou, nesta quinta-feira (21), 34 conselheiros que vão formar o primeiro conselho de educação quilombola do País. De acordo com a pasta, o grupo vai acompanhar e contribuir para a implementação de uma política específica para a educação em comunidades descendentes de escravos.

O objetivo da secretaria é que o conselho atue também no resgate e preservação da tradição dos povos quilombolas e aprimorar a qualidade do ensino destas comunidades.

A iniciativa é do Núcleo de Inclusão Educacional, novo órgão da secretaria que trabalha com políticas de inclusão de educação no Estado.

O conselho conta com líderes dos povoados e especialistas de universidades como USP, Unicamp, Unesp e Zumbi dos Palmares. As diretrizes do trabalho foram estabelecidas pela secretaria.

A pasta informa que trabalha, desde o ano passado, no desenvolvimento de políticas para a educação quilombola, com a capacitação de gestores e professores interlocutores de educação para as relações étnico-raciais das 91 diretorias de ensino do Estado. Hoje, existem 24 escolas nas comunidades em São Paulo: duas estaduais e as demais, sob responsabilidade dos municípios.

A Secretaria está concluindo um livro com narrativas dos moradores das comunidades atendidas, que será utilizado pelos professores. O objetivo é aproximar o material didático à realidade dos alunos desse povoado.

A partir de 2014, o Sistema de Cadastro de Aluno vai contar com a inclusão dos quilombolas para o aumento de ações educativas.

Além das ações com os quilombolas, o núcleo já atuou com ações de inclusão dirigidas à educação indígena, diversidade sexual, estudantes estrangeiros e também junto à Fundação Casa.

A maior parte das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo está na região do Vale do Ribeira, em cidades como Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo. Há ainda povoados no litoral nortel na região de Sorocaba e no município de Itapeva.

## Jogos Quilombolas 2013 definem equipes classificadas no Amapá

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 22.11.2013

*Competição está ocorrendo nas modalidades feminino e masculino*



Jogos Quilombolas estão ocorrendo no Estádio Glicério de Souza Marques (Foto: Jonhwene Silva/GE-AP)

Dando continuidade aos Jogos Quilombolas 2013, que faz parte da programação da semana da Consciência Negra, cinco jogos ocorreram na tarde desta sexta-feira (22), no Estádio Glicério de Souza Marques. Mais seis equipes conseguiram a classificação e vão disputar a próxima fase. Os campeões irão receber medalhas, troféus e um jogo de camisa.

Na primeira partida, a equipe do Curiaú venceu o time de Campina Grande pelo placar de 1 a 0. No segundo jogo, foi a vez do Torrão do Matapi bater o selecionado do Ambé, pelo mesmo placar. A nota triste fica por conta de uma briga generalizada no jogo entre Maruanum e Santo Antônio da Pedreira. A comissão organizadora decidiu então eliminar os dois times da competição. Na quarta partida, o Ipixuna venceu nos pênaltis o selecionado do Lontra da Pedreira. A equipe do Currálinho não compareceu a disputa, pois uma das idosas mais tradicionais da comunidade faleceu, com isso a equipe perdeu por W.O para o time do Mel da Pedreira.

De acordo com Carlos Piru, um dos organizadores da competição, o nível dos jogos tem sido

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

bastante elevado e com partidas acirradas. A torcida das comunidades tem marcado presença e incentivado as equipes.

- Temos conseguido atingir o nosso objetivo, que é o de possibilitar a prática esportiva nas comunidades quilombolas. Até porque nessas localidades há a necessidade de atividades como esta, e com a semana da Consciência Negra conseguimos realizar a disputa este ano. Até domingo vamos realizar a decisão do feminino e masculino, - disse Carlos Piru.

A competição prossegue neste sábado (23), pelas semifinais do feminino.

## **Ação de cidadania é realizada para comunidade quilombola de Paratibe**

SÍTIO UOL, 22.11.2013

Atividade foi realizada na Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado em programação ao mês "Novembro Negro"



Ação realizada nesta sexta-feira

A Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM) e a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e de Igualdade Racial, da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), participaram nesta sexta-feira (22) da ação Expresso Cidadã, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executada pelo Incra, no bairro de Paratibe. A atividade, direcionada especialmente aos moradores do Quilombo Paratibe, foi incluída no calendário de programação do mês "Novembro Negro" e aconteceu na Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado.

"Este é um mês muito importante, porque discutimos a questão da cidadania do povo

africano, afrodescentes e também indígenas, e ao mesmo tempo chamamos atenção para a necessidade de engajamento de todos e todas no enfrentamento à violência contra a mulher. É importante que essas parcerias continuem garantindo o direito à cidadania a toda população", reforçou Socorro Borges, secretária titular da SEPPM. Também agora em novembro, a SEPPM está realizando várias atividades dentro do mês de mobilização pelo enfrentamento à violência contra a mulher.

O Expresso Cidadã faz parte do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR), criado em 2004. A ação busca promover garantias para a inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar, com a possibilidade da emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas, além de garantir acesso aos direitos previdenciários, por meio de mutirões itinerantes de documentação.

"Em uma ação como esta se busca a cidadania expressa em ação concreta, através da sensibilização e envolvimento de gestores públicos de todas as esferas de poder, levando em consideração o descaso histórico e cultural que as comunidades quilombolas sofreram e ainda sofrem para que tenham acesso aos serviços", ressaltou Socorro Pimental, coordenadora Municipal de Promoção à Cidadania LGBT.

Durante a ação, a população do Quilombo Paratibe teve acesso à retirada de documentos,

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

como CPF, Registro de Identidade, Carteira de Trabalho e consulta ao sistema do INSS. A procura também foi grande para o agendamento biométrico do cadastramento eleitoral. "Essa ação foi muito boa, senão teria que ir até Mangabeira para fazer esse agendamento", comentou a dona de casa Janicleide Pereira.

Complementando as atividades da ação, equipes do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, serviço de atendimento e apoio a mulheres em situação de violência, também forneceram informações e atendimento sobre como recorrer à rede de enfrentamento à violência contra a mulher e ao serviço do Centro, além do atendimento realizado pelo telefone 0800 283 3883.

A ação em Paratibe também contou com a parceria de órgãos como o INSS, Instituto de Polícia Científica e Defensoria Pública. "Todas as parcerias, como as que fazemos com a Prefeitura de João Pessoa, possibilitam que possamos levar serviços e cidadania às comunidades inseridas no Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais. E este é o nosso objetivo", enfatizou Abdon Bandeira, coordenador Estadual do PNDTR.



---

**Seminário discute licenciamento ambiental sustentável nos quilombos do Pará**  
SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 22.11.2013

A Gerência dos Povos Indígenas, da Diretoria de Áreas Protegidas (Diap), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), promoveu um Seminário com o tema 'Licenciamento Ambiental e Perspectivas Sustentáveis em Terras Quilombolas do Pará: Implicações e Desafios'. O evento realizado na quinta-feira, 21, e aconteceu no auditório da Diap e reuniu representantes do governo do Estado, Ministério Público do Estado e Defensoria Pública.

Entre os assuntos expostos no seminário, a política estadual quilombola (decreto Nº 261 de 22/11/2011), foi apresentada pelo representante da coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes dos Quilombos (Malungu), José Carlos Silva, ressaltou a importância da discussão da mudança da regularização fundiária no Estado.

Eliane Moreira, titular da 8ª Promotoria de Justiça de Castanhal, também destacou a importância da consulta prévia e do licenciamento ambiental, assim como da inclusão das comunidades tradicionais urbanas nas políticas do Estado. "Estudos levantados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que no ano de 1921 80% dos trabalhadores escravos eram de comunidades tradicionais, situação que existe até hoje", ressaltou.

Segundo Mario Printes, da Defensoria Pública de Oriximiná, há uma preocupação com as comunidades quilombolas. Ele avalia que "a demora no reconhecimento das comunidades tradicionais pelo poder público é lamentável e reflete o acontecido ao longo de toda a história brasileira".

O quilombola Raimundo Nonato, residente na comunidade Abacatal, em Ananindeua, disse que muitas vezes a comunidade foi procurada por empresas para que a extração de picarra fosse autorizada dentro da comunidade, o que geraria renda aos comunitários, mas preferimos não permitir que isso acontecesse. "A comunidade acredita que o comércio de minerais geraria quebra na harmonia do convívio da comunidade", concluiu.

Ascom Sema





**MPF/RS ajuíza ação em defesa de quilombolas de Mormaça, em Sertão**

SÍTIO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 22.11.2013

*Procedimento encaminhado na quarta-feira, 20 de novembro, integra a Semana da Consciência Negra*

O Ministério Público Federal em Passo Fundo (RS) ajuizou ação civil pública em defesa da comunidade de remanescentes de quilombos de Mormaça, existente no município de Sertão. A ação encaminhada na quarta-feira, 20 de novembro, envolvendo o Incra e a União, integra as medidas em prol da atuação coordenada em todo o país e promovida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (populações indígenas e comunidades tradicionais) na Semana da Consciência Negra.

Por meio da ação, o MPF requer que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conclua no prazo de dois anos o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas de Mormaça. Para garantir a efetividade da medida, foi pedida a fixação de multa mensal de um salário mínimo por família integrante da comunidade pelo eventual descumprimento da obrigação.

"A urgência da medida se impõe diante da inegável e injustificável demora na conclusão do procedimento, o que somente traz prejuízos àquela comunidade, que fica alijada de todos os seus direitos constitucionais assegurados", destacou a procuradora da República Fernanda Alves de Oliveira, lembrando que o procedimento foi instaurado no Incra ainda em 2005. "Este procedimento está tramitando há longos oito anos e atualmente está parado há praticamente um ano. Estamos diante de uma injustificada e inconcebível omissão estatal", reforça.

O MPF constatou que não há falta de recursos orçamentários, pois, na verdade, o que vem ocorrendo é que não estão sendo gastos nem mesmo os recursos já previstos pelos programas de governo referentes às políticas públicas dos quilombolas. Diante da demora na conclusão do procedimento, também foi pedido o pagamento de indenização por danos morais coletivos, em R\$ 1 milhão, valor a ser revertido em investimentos diretos em políticas públicas destinadas à terra quilombola.

Comunidade - Dados do Incra informam que a comunidade quilombola de Mormaça abrange 21 famílias, numa área de cerca de 410 hectares. Segundo o MPF/RS, essas famílias humildes vivem em situação de instabilidade e insegurança jurídica e necessitam da regularização de suas terras pelo Incra para que possam receber recursos federais de projetos para capacitação e habilitação, principalmente para a população jovem, além de investimentos em saúde e moradia.

Integrando, ainda, as ações da Semana da Consciência Negra, ocorre nesta quinta-feira, às  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

18h, uma reunião na comunidade de remanescentes de quilombos de Arvinha, também em Sertão. O encontro contará com a participação da antropóloga Míriam Chagas e da procuradora da República.

Número da ação para acompanhamento processual: 5008305-10.2013.404.7104.

Assessoria de Comunicação Social  
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul  
Fones: (51) 3284-7370 / 3284-7369  
E-mail: [ascom@prrs.mpf.gov.br](mailto:ascom@prrs.mpf.gov.br) ou [ascomprrs@gmail.com](mailto:ascomprrs@gmail.com)  
Twitter: [http://twitter.com/MPF\\_RS](http://twitter.com/MPF_RS)  
Facebook: [www.facebook.com/MPFnoRS](http://www.facebook.com/MPFnoRS)  
<http://www.prrs.mpf.mp.br>



---

**Caminhada em defesa dos direitos quilombolas atrai milhares de simpatizantes**  
SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 22.11.2013

A concentração ocorreu na Praça Veiga Cabral, as 16 h, com apresentações de capoeira, danças de hip-hop, rituais de Umbanda e Candomblé, comandados pelo Pai Savino e Mãe Kátia. Coreografias feitas por alunos da Escola Estadual Maria Benigna, execução musicais pela banda de música da Escola Estadual Gonçalves Dias, entre outras manifestações exaltando as culturas de matriz africana, também fizeram parte da programação. Era o início das comemorações do Dia da Consciência Negra no Amapá, nesta quarta-feira, 20.

A dança de capoeira, que na década de 40 era realizada em frente a Igreja Matriz de São José de Macapá, foi encenada no meio da Praça Veiga Cabral, atrás da estátua do controverso herói do Amapá e contou com a presença de jovens e a crianças, numa clara alusão de que a luta continua entre as gerações, conforme anunciava em brado, o mestre de Capoeira.

Após as apresentações, ao lado do carro som que dava o toque da caminhada, os sacerdotes das religiões afro iniciaram um ritual para abrir os caminhos e promover a integração de todos na caminhada, além de pedir forças à entidades para as conquistas reivindicadas. Aguidás com farofa e água de cheiro, que continham as oferendas, foram colocadas em três pontos no asfalto, da Avenida Presidente Vargas, o ponto de partida. Logo em seguida, a defumação e a aspersão de água de cheiro para proteger à caminhada.

A procissão seguiu pela rua Cândido Mendes, dobrando na Avenida Henrique Galúcio e depois seguindo pela rua São José em direção ao Centro de Cultura Negra, onde às 20 h iniciou a Missa dos Quilombos.

Ao longo do trajeto, as comunidades iam compondo o cenário da caminhada, com trajes típicos, bandeiras de Santo e das comunidades quilombolas de todo o Estado. "Este é um momento quando confirmamos que as comunidades negras estão unidas e buscam o mesmo objetivo de respeito, oportunidades, liberdade de expressão, não só dos cantos, mas das danças e outras culturas de matrizes negras", comentou o Pai Savino.



## **Deus é contra as cotas?**

SÍTIO REVISTA FORUM, 23.11.2013

### **MOVIMENTAÇÃO NO CÉU**

Movimentação no Céu. São Benedito, muito revoltado, chegou para Deus e disse: "Senhor, venho propor uma coisa para tornar o Céu mais justo". Deus, espantado, perguntou: "O que, São Benedito?" e ele respondeu: "Não aguento mais este Céu cheio de anjos e santos brancos, proponho cotas raciais para o Céu". Deus ficou estupefato com a proposta de São Benedito e mais ainda quando Nossa Senhora Conceição da Aparecida veio com mais esta: "Concordo e vou mais além: cotas para mulheres negras também, cansei de não terem santas negras".

Deus ficou irado com as propostas dos santos e disse: "O que é isso, vocês estão loucos? Aqui é o Céu, não existe racismo por aqui!". E aí São Benedito e Nossa Senhora Aparecida questionaram então porque havia uma maioria branca no Céu se a maioria da humanidade não era branca. "Mas não é uma questão de cor de pele, a beatificação de santos é uma questão de bondade, não se trata de uma seleção baseada na cor da pele", disse Deus. São Benedito e Nossa Senhora Aparecida então retrucaram: "Ah, então o Senhor está dizendo que nós, negros, não somos bons o suficiente para sermos santos, é?" e Deus ficou um tanto contrariado, "imagine, claro que não, tanto é que vocês estão aqui". Os dois interlocutores de Deus se entreolharam, "mas só nós e mais uma meia duzia?", mas Deus arrematou: "Vocês acham que eu, Deus, com toda a minha sabedoria, sou racista? Ser humano é tudo igual, vocês é que estão sendo racistas e querem dividir a humanidade em raças." São Benedito e Nossa Senhora Aparecida insistiram em questionar porque a maioria dos santos é branca. "É um problema da história da humanidade". Os candidatos brancos a beatificação aproveitaram a deixa e mandaram o recado: "Concordamos com Deus, o racismo existe na humanidade mas não somos culpados disso, trata-se de um problema de bondade".

### **ANALOGIA DO CÉU COM A USP**

Movimentação na USP. Um aluno negro, muito revoltado, chegou para o Reitor e disse: "Reitor, venho propor uma coisa para tornar a USP mais justa". O reitor, espantado, perguntou: "O que, aluno?" e ele respondeu: "Não aguento mais esta USP cheio de alunos e professores brancos, proponho cotas raciais para a USP". O reitor ficou estupefato com a proposta do aluno negro e mais ainda quando uma professora negra veio com mais esta: "Concordo e vou mais além: cotas para mulheres negras também, cansei de não terem professoras e alunas negras".

O reitor ficou irado com as propostas do aluno e da professora e disse: "O que é isso, vocês estão loucos? Aqui é a USP, não existe racismo por aqui!". E aí o aluno e a professora questionaram então porque havia uma maioria branca na USP se a maioria da população brasileira não era branca. "Mas não é uma questão de cor de pele, a entrada na USP é uma questão de mérito, não se trata de uma seleção baseada na cor da pele", disse o reitor. O aluno e a professora então retrucaram: "Ah, então o reitor está dizendo que nós, negros, não

CONT.





somos bons o suficiente para sermos da USP, é?" e o reitor ficou um tanto contrariado, "imagine, claro que não tanto é que vocês estão aqui". Os dois interlocutores do reitor se entreolharam, "mas só nós e mais uma meia duzia?", mas o reitor arrematou: "Vocês acham que eu, um intelectual, com toda a minha sabedoria, sou racista? Ser humano é tudo igual, vocês é que estão sendo racistas e querem dividir a sociedade em raças." O aluno e a professora insistiram em questionar porque a maioria dos uspianos é branca. "É um problema da sociedade brasileira". Os candidatos brancos à USP aproveitaram a deixa e mandaram o recado: "Concordamos com o reitor, o racismo existe na sociedade mas não somos culpados disso, trata-se de um problema de mérito".

NÃO É QUE CONSIDERO A USP UM CÉU, MAS QUE MUITOS INTELECTUAIS USPIANOS CONSIDERAM-SE DEUSES OU SANTOS E ACIMA DA SOCIEDADE.



### **Caminhada dos Quilombolas reúne 300 pessoas**

SÍTIO PREFEITURA DE ANCHIETA, 23.11.2013

A primeira caminhada dos quilombolas do município de Anchieta, realizada na sexta-feira (22), em um percurso de aproximadamente 18 quilômetros, partindo do Centro da cidade até a localidade de São Mateus, reuniu cerca de 300 pessoas e foi marcada por muita determinação e entusiasmo.

O evento foi promovido pela Secretaria de Assistência Social e pelas Gerências de Cultura e de Esportes da Prefeitura de Anchieta, com apoio da Associação de Moradores de São Mateus.

Ao longo do percurso a Prefeitura montou pontos de abastecimento de água e frutas para os andarilhos, além de uma equipe móvel que fazia o trajeto fornecendo água mineral. A Polícia Militar e a Guarda Municipal garantiram a segurança dos participantes durante todo o percurso.

Na concentração, às 18 horas, em frente ao Centro Cultural, os participantes puderam se abastecer em uma mesa de frutas e sucos antes de iniciar o trajeto. Profissionais do esporte lideraram os exercícios de alongamento preparatórios para a caminhada.

Na oportunidade, o prefeito Marquinhos destacou a importância da cultura negra para o Espírito Santo e para o município de Anchieta: "Somos uma mistura de raças. Os negros nos trouxeram um patrimônio cultural muito rico, na música, na culinária, na religião e em outras manifestações, e isso precisa ser valorizado".

E acrescentou: "Fazemos memória hoje dos negros com este evento, mas o que celebramos é a raça humana, independentemente de sua origem, cor, cultura e credo".

O instrutor cultural Jonathan Braga disse que comemorar a data significa relembrar a resistência negra. "No passado vemos um mar manchado de sangue, mas para frente vemos esperança. No dia 20 de novembro lembramos toda a resistência negra no País", disse. E finalizou com uma crítica: "De certa forma, somos ainda escravizados pelo sistema que não atende a todos de forma igualitária".

Para a pedagoga Rosimeri Hermes, comemorar o Dia da Consciência Negra é festejar a emancipação da raça: "Celebramos a liberdade. O racismo ainda existe, mas nossas vitórias superam. Alcançamos várias posições de destaque e de poder na sociedade. Estamos sendo vistos com mais respeito".

Em São Mateus os participantes foram recebidos ao som de caxambus, numa roda de jongo.

O Dia Nacional da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro. Neste sábado (23) aconteceu o Dia D da Bolsa Família, também na localidade de São Mateus, organizado pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Anchieta.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

---

Thiago Zanetti

Jornalista

Assessoria de Comunicação

Prefeitura de Anchieta - ES

(28) 3536 1785

(28) 99993 6503

[tzanetti@gmail.com](mailto:tzanetti@gmail.com)

<http://www.anchieta.es.gov.br>

<https://www.facebook.com/anchieta.es>

## A vigília das comunidades quilombolas do Brasil SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.11.2013

*Nas mãos da Justiça estão as aspirações sobre um país mais justo, sem preconceito e sem racismo*

Por César Augusto Baldi\*, Carta Capital



Um grupo de quilombolas do Maranhão, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro realizam uma manifestação em frente ao STF (Antônio Cruz/Agência Brasil)

"Tristeza não tem fim, a felicidade sim", já cantava Tom Jobim. E tristeza, perseguição, violência, racismo e violação de direitos têm sido uma constante em todas as comunidades negras, mas, no caso das quilombolas, mais ainda. Em alguns casos, como Oriximiná e Kalunga, está-se a exigir imposto territorial rural sobre propriedades finalmente reconhecidas, de comunidades sem qualquer capacidade contributiva, em valores que a Fazenda, muitas vezes, sequer cobra de sonegadores fiscais. O mesmo vale para quilombos urbanos, com prefeituras a exigirem IPTU.

No Congresso, a denominada "bancada

ruralista" não tem poupado esforços para combater demarcações de terras indígenas e reconhecimento de direitos de quilombolas: afinal, nos dois casos, as terras estão fora do mercado e não podem ser objeto de apropriação privada e especulação imobiliária. Some-se a isso o fato de, nessas terras, operar-se a "maldição da abundância": preservação ambiental, minérios no subsolo, cobiça de madeireiras, etc. Em outras situações, como Marambaia, Alcântara e Rio dos Macacos, é o próprio Poder Público, por meio das Forças Armadas, o maior antagonista de suas lutas. Outras comunidades, por sua vez, só vem sendo atendidas em função da atuação da Defensoria Pública, porque nem sempre o Ministério Público é o aliado desejável.

E como se não bastasse tudo isso, uma das poucas decisões favoráveis em todo o País, justamente a do Tribunal Regional da 4ª Região, envolvendo uma das comunidades mais atingidas pela violência estrutural, institucional e histórica (além de problemas em sua defesa por parte de advogados, não reconhecimento de seus documentos históricos, etc), está a ser questionada, por meio da arguição de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, a ser apreciada pela Corte Especial daquele Tribunal no próximo dia 28.

CONT.





Os argumentos, no geral, não diferem muito daqueles que constam já na ADI 3239, de relatoria do Min. Cezar Peluso e interrompida, até hoje, por um pedido de vista da ministra Rosa Weber e pela não inclusão em pauta do referido processo pelo presidente, Joaquim Barbosa. Importa salientar, contudo, alguns pontos a serem pensados.

Primeiro: desde o ajuizamento daquela ação de inconstitucionalidade, a jurisprudência do STF já foi se alterando em relação à questão da impossibilidade de decretos “autônomos”, bem como em relação a estabelecimento de direitos por meio de regulamentos. A constitucionalização do direito administrativo, como salientado por Gustavo Binbenbajt, implica o reconhecimento de alteração de paradigmas.

Segundo: ainda que não haja consenso absoluto quanto ao caráter constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos, à exceção da previsão do § 3º do art. 5º (e, mesmo assim, em patamar de equivalência de emenda constitucional), a doutrina de paridade com a legislação infraconstitucional cedeu passo, pelo menos, à tese da “supralegalidade” (majoritária, na composição anterior, por 6 a 5). Desde então, o Brasil já teve decisões do STF envolvendo direitos indígenas (Raposa Serra do Sol e Pataxó são alguns exemplos), foi condenado pela Corte Interamericana (julgamento da anistia em relação ao Caso Gomes Lund, por tribunal com jurisdição regional) e presenciou, no âmbito do TST, a realização, pela segunda vez, de uma sessão da mesma Corte. Há, portanto, necessidade de repensar mecanismos de fortalecimento de direitos humanos, comunicando-se os sistemas constitucional, infraconstitucional e supranacional. Algo que Peter Häberle já intuía com o conceito de “Estado constitucional cooperativo.”

Terceiro: passados vinte e cinco anos da promulgação da Constituição brasileira e tendo em vista a imensa concentração de terras e a permanência de racismo no país, vai contra o estágio atual da discussão do Direito Constitucional nacional o não reconhecimento do autoaplicabilidade do art. 68 do ADCT e, pois, eventual inconstitucionalidade do referido Decreto. Afinal, não podem ficar confinadas nos livros didáticos as afirmações de “concretude constitucional”, “concordância prática”, “máxima efetividade” e “unidade da Constituição”. Aliás, o próprio STF já reiterou que a regra constitucional não “pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental” (AgRg RE 393715/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, julg. 12/12/2006, DJ 02-02-2007, p. 140).

Quarto: E nem se alegue, nesse sentido, violação ao devido processo legal, porque a própria enumeração dos passos a serem seguidos para a titulação da comunidade (em torno de dezessete), com possibilidade de recursos e a necessidade de um minucioso estudo- muito mais amplo que antropológico- incluindo a análise da cadeia dominial poderia sugerir, ao contrário, proteção deficiente- para os quilombolas- de um direito constitucionalmente assegurado. Aliás, a realidade dos registros de imóveis- e a anulação de cinco mil títulos no Pará, em 2010, pelo CNJ é apenas um exemplo- joga em sentido contrário à pretensão daqueles que alegam títulos de domínio para situações como as de quilombolas em que “é reconhecida a propriedade definitiva” em virtude justamente da posse tradicional. Ou seja,

CONT.



uma realidade fática, tendo em vista a especificidade destas comunidades, a inexistência ou precária existência de prova documental e mesmo a dificuldade de o Judiciário lidar com relatos orais, “história oral” e laudos antropológicos. O artigo constitucional em momento algum exigiu, para tanto, o título registrado; justamente porque o objetivo era a regularização de tais terras, em decorrência do histórico posterior à Lei de Terras de 1850, as disputas fundiárias no início da República e à própria característica- distinta de outros países da América- da abolição da escravidão. Não é, pois, coincidência que a previsão venha juntamente com o centenário desta.

Quinto: desde que a ação direta de inconstitucionalidade deu entrada no STF, a jurisprudência da Corte Interamericana reforçou o entendimento de que o art. 21 da Convenção, ao referir-se a “propriedade”, abrangia não somente a “privada”, mas outras formas “comunitárias”, de que aquelas de indígenas e comunidades descendentes de escravos eram apenas alguns exemplos. Recorde-se, inclusive, que a Corte colombiana, cuja Constituição, datada de 1991, dá especial destaque para a diversidade cultural, em diversos precedentes reconheceu direitos territoriais, culturais, sociais e políticas específicas para indígenas, afrodescendentes, raizales e, neste ano de 2013, também para ciganos. No ínterim, vários países aderiram à Convenção 169-OIT (o instrumento internacional base para defesa de povos indígenas e “tribais”), reconhecendo comunidades descendentes de escravos como incluídas nas previsões desta (Nicarágua, para os creolles e garífunas, em 2010, é apenas um exemplo). Vale dizer: apesar da pressão continental tanto do neoextrativismo quanto das empresas mineradoras, os países vizinhos vêm reiterando tal entendimento. Não é demais lembrar que mesmo a previsão de ações afirmativas, que foram objeto especial de controvérsia, vieram a ser declaradas constitucionais.

Sexto: porque decorrido todo este tempo, não há como ignorar os estudos de antropólogos, sociólogos, historiadores em relação ao tema dos quilombolas, procedendo a verdadeira revisão dos conceitos, definições e parâmetros que até então estavam cristalizados. Desfez-se, desde então, a ideia corrente de isolamento territorial, de resíduos arqueológicos e de populações homogêneas, ou de manutenção do conceito colonial presente no Conselho Ultramarino de 1740, ou mesmo de uma “frigorificação” do conceito de comunidade e de etnias. Um processo que, nos países vizinhos, caminha no sentido da descolonização dos conceitos e saberes e que, no campo do direito internacional de direitos humanos, é evidente com a autodefinição ou auto identificação como “critério fundamental para definir os grupos aos quais se aplicam as disposições” da referida Convenção. Não é demais lembrar- contra as alegações de inconstitucionalidade- de que este não é o único critério; tampouco o Decreto 4.887/2003 assim prevê, mas é evidente que se trata de um elemento altamente questionador tanto do etnocentrismo quanto do racismo da sociedade.

Recentemente, Boaventura de Sousa Santos, em sua manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público, quando da realização da oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, no início de novembro deste ano, em Brasília, afirmou: “Se não for suficientemente ativo, o MP será responsável pelas frustrações de milhões e milhões de brasileiros. Se for ativo, será responsável pelas aspirações desses mesmos milhões e milhões de brasileiros. É uma instituição contraditória, como se sabe, que tem na mão uma parte importante por essas aspirações. Mas ninguém faz o papel dos movimentos, que são

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

autônomos e lutam eles próprios por seus direitos”. O mesmo pode ser dito, neste momento, do Poder Judiciário. E a atenção das comunidades quilombolas da Região Sul- mas também de todo o país- se volta para o julgamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. De sua atuação depende, em parte, a confirmação de aspirações de um país mais justo, sem preconceito e sem racismo ou a manutenção das permanentes frustrações destas comunidades, junto pela (não) atuação dos Poderes Públicos.

\*César Augusto Baldi, mestre em Direito (ULBRA/RS), doutorando Universidad Pablo Olavide (Espanha), servidor do TRF-4ª Região desde 1989, é organizador do livro “Direitos humanos na sociedade cosmopolita” (Ed. Renovar, 2004).

## **MPF/RN cobra regularização das terras do Quilombo de Macambira**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.11.2013

Grupo que vive em uma área no município de Lagoa Nova aguarda pelo reconhecimento das terras há oito anos e integrantes estariam sendo ameaçados por fazendeiros da região

MPF/RN



O Ministério Público Federal (MPF) em Caicó ingressou com uma ação civil Pública (ACP), com pedido de liminar, para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a União concluam em no máximo três meses a regularização das terras da Comunidade Quilombola de Macambira, localizada no município de Lagoa Nova, a aproximadamente 160 quilômetros de Natal.

A terra foi reconhecida como remanescente de quilombo em 2005 pela Fundação Palmares. Um processo administrativo tramita no Incra desde 2006 e, em 2010, também apontou para o reconhecimento do direito da comunidade à

área, porém há um ano o procedimento está parado. Enquanto isso há denúncias de que os integrantes da comunidade estariam sendo alvos de pressão e ameaças, até mesmo de morte, por parte de proprietários de terra da região.

“Verifica-se, pela cópia do processo administrativo constante dos autos, que o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) constatou que toda a área objeto do processo já foi reconhecida como território quilombola, pelo que recomendou-se a aquisição das áreas pela autarquia (através de regular processo de desapropriação)”, destaca-se na inicial, de autoria da procuradora da República Clarisier Azevedo.

Após os proprietários das áreas abrangidas terem sido informados do teor do relatório, apresentaram contestação, cujos argumentos foram rechaçados pela área técnica do Incra e pelo Comitê de Decisão Regional. Isso motivou a interposição de um novo recurso, por parte de um desses proprietários, ao Conselho Diretor do Incra. Há aproximadamente um ano esse recurso está pendente de julgamento.

A liminar pedida pelo MPF estipula um prazo máximo de três meses para conclusão do processo de regularização. No mérito, a ACP requer também a cobrança de R\$ 1 milhão em indenização a título de danos morais coletivos, valor a ser revertido em investimentos diretos em políticas públicas destinadas à terra quilombola Macambira.

CONT.





O processo administrativo que tramita no Incra define, através do RTID, que a área total passível de titulação no território Macambira soma 2.589 hectares, espaço tido como necessário ao desenvolvimento da comunidade, na qual vivem 263 famílias, espalhadas pelos municípios de Lagoa Nova e Bodó.

Já tramitou, na Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, uma ação de reintegração de posse proposta por um dos proprietários da área, o que no entender do MPF deveria ter acelerado o processo administrativo no Incra, ou ao menos garantido rigor quanto aos prazos. Isso porque as ameaças não são o único prejuízo devido ao atraso. "A demora na regularização provoca uma série de problemas para essa parte da população, como dificuldade de subsistência, falta de acesso a serviços públicos, insegurança jurídica e casos de violência e preconceito", destaca outro trecho da ação.

Apesar de o pedido do MPF à Justiça não ser o de garantir o reconhecimento das terras, e sim o de cobrar celeridade na conclusão do processo de análise, a ACP alerta: "Com efeito, se o procedimento vem acompanhado de estudos antropológicos e históricos, não pode a regularização ser denegada por questões que não sejam técnicas."

Direito - O direito de propriedade dos remanescentes de quilombos sobre suas terras é constitucional, coletivo, inalienável, indisponível, imprescritível e impenhorável, semelhante ao que ocorre com as terras indígenas. Esse direito foi estabelecido com a promulgação da Constituição da República, em 5 de outubro de 1988, porém passados mais de 25 anos ainda não se efetivou.

Em duas décadas e meia, apenas 139 títulos foram concedidos, dos quais somente 31 foram expedidos pelo Incra. Por outro lado, existem hoje 1.286 processos abertos na autarquia federal, ou seja, o instituto concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola.

"Se não bastasse essa atuação do Estado brasileiro, que já vinha extremamente lenta, conseguiu ainda sofrer uma desaceleração. De 2010 a 2013 o número de publicações de RTIDs e de Portarias de Reconhecimento vem caindo vertiginosamente. Em 2010 foram publicados 27 RTIDs e 10 Portarias, enquanto em 2013, 1 RTID e 3 Portarias", revela a ação do MPF.

Outro ponto a lamentar é a falta de recursos, embora isso não justifique os atrasos: "(...) o argumento de que não é a falta de recursos a responsável pela paralisação da regularização quilombola se evidencia pelo singelo fato das dotações originalmente previstas nunca serem executadas na sua plenitude, sobrando, todo ano, recursos. Assim, (...) há que se atribuir à omissão do Incra e União a causa para a paralisação da regularização quilombola."

A ação civil pública do MPF irá tramitar na 9ª Vara da Justiça Federal, em Caicó, sob o nº 0000439-92.2013.4.05.8402

## **MPF/MG quer publicação imediata da portaria de titulação do quilombo de Manguieras**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.11.2013

*Relatório foi concluído há cerca de três anos; a fase de contestação administrativa, há um ano. Depois disso, o Incra teria de publicar a portaria em 30 dias, mas, incompreensivelmente, nada fez desde então*



Quilombo Manguieras (Foto: Blog Atitude Odoiy-ιά)

### **Ministério Público Federal em Minas Gerais**

No encerramento da Semana Nacional da Consciência Negra, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou nesta sexta-feira, 22 de novembro, com uma ação civil pública perante a Justiça Federal de Belo Horizonte, para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publique, de imediato, a portaria que reconhece e declara os limites do território tradicionalmente ocupado pela Comunidade Quilombola de Manguieras.

Manguieras é um quilombo urbano situado na região Norte de Belo Horizonte. Formada principalmente por descendentes de 4ª a 6ª gerações do casal de lavradores negros Cassiano José de Azevedo e Vicência Vieira de Lima, a comunidade pleiteia há anos o reconhecimento oficial e a demarcação e titulação de suas terras.

CONT.



O primeiro registro da existência de Cassiano, Vicência e seus 12 filhos no local data do século XIX, por volta do ano de 1890, na área denominada "Ribeirão da Izidora", que atualmente é reivindicada pela Comunidade de Mangueiras.

Relatório antropológico produzido pela UFMG demonstra a relação de identidade da Comunidade de Mangueiras com o território por ela reivindicado: "O casal Cassiano e Vicência conseguiu o registro das terras que ocupavam, o que contribui em grande medida para singularizar o seu caso, permitindo a construção de uma identidade distinta das demais famílias negras da região e sendo fundamental para a manutenção de uma identidade de seus descendentes com as terras que viriam a construir o que hoje se pleiteia ser o Território do Quilombo de Mangueiras. Enquanto outras famílias de negros dependentes e agregados das antigas fazendas da região foram se dispersando com o processo de fragmentação das mesmas e, pressionados pelo crescimento urbano de Belo Horizonte, deslocados para outros bairros, parte da descendência de Cassiano e Vicência permaneceu vinculada às terras do casal, preservando um estilo de vida e formas de sociabilidade própria".

Atualmente, esse território vem sendo alvo de intensa especulação imobiliária decorrente das obras de expansão urbana da capital mineira. A área é considerada estratégica, devido ao incremento da estrutura viária, à localização do Aeroporto Presidente Tancredo Neves e à implantação da denominada "Cidade Administrativa".

A ação relata que a Comunidade de Mangueiras vive em uma área com condições precárias de infraestrutura, moradia, transporte, educação e saúde. Eles enfrentam ainda constante insegurança quanto à manutenção da integridade de seu território, em face da crescente especulação imobiliária e dos interesses políticos e econômicos sobre a região. "Especialmente após o anúncio da denominada Operação Urbana Regional Isidoro, as famílias remanescentes de quilombos vêm sendo submetidas a pressões sociais, políticas e financeiras de toda ordem, algumas das quais ameaçam, inclusive, a preservação de sua cultura".

Sete anos sem conclusão - Assim, o reconhecimento e titulação do território quilombola é imprescindível para garantir o exercício, pela comunidade, dos direitos que lhe foram assegurados constitucionalmente. Mas apesar de o reconhecimento oficial da comunidade mangueirense como remanescente de quilombo ter-se dado há mais de sete anos (no dia 17 de janeiro de 2006), o processo de demarcação e titulação de suas terras vem se arrastando desde então.

O Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural da comunidade foi concluído em agosto de 2008; em março de 2009, o Incra publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) reconhecendo a legitimidade do território reivindicado pelo Quilombo de Mangueiras. Em 23 de agosto de 2010, terceiros interpuseram recurso administrativo junto ao Conselho Diretor do INCRA impugnando o relatório em questão. Foram precisos dois anos para que o Incra se manifestasse sobre a impugnação: em 19/07/2012, o recurso foi julgado improcedente.

A etapa seguinte do procedimento seria então a prevista no art. 17 da Instrução Normativa nº 57/2009 do Incra, segundo a qual, concluída a fase de contestação, o presidente da autarquia

CONT.





deverá publicar portaria reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola, no prazo de 30 dias, sem possibilidade de prorrogações.

Dezesseis meses depois, isso ainda não ocorreu.

Por isso, a ação pede que a Justiça Federal determine ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária publicar, de imediato, a portaria que reconhece e declara os limites da terra quilombola, tomando todas as providências necessárias para finalizar, com celeridade, o processo administrativo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação relativo à Comunidade de Mangueiras, com a realização de todos os atos materiais correspondentes no prazo de um ano, sob pena de aplicação de multa de R\$ 100 mil por mês.

Evento na UFMG – Nesta semana, o MPF em Belo Horizonte realizou dois atos durante os quais se discutiu não só os direitos de comunidades quilombolas, como a questão do preconceito e da discriminação racial.

Na segunda-feira, 18, foi realizada audiência pública no auditório da Faculdade de Direito da UFMG sobre a ocorrência de trotes violentos e discriminatórios no âmbito daquela universidade. Durante a audiência, o professor Rodrigo Ednilson, coordenador-geral do Programa Ações Afirmativas da UFMG ressaltou que aquele era o primeiro evento da Semana da Consciência Negra promovido este ano na UFMG, embora a iniciativa tenha partido do MPF.

De acordo com Edmundo Antônio Dias, “o trote deita raízes no passado autoritário brasileiro e não há solução possível para a questão sem o envolvimento da comunidade acadêmica, sobretudo do seu corpo docente. Daí a iniciativa de realização da audiência pública, que busca estabelecer a proximidade e o diálogo com a universidade em geral”.

Na quarta-feira, dia 20, o procurador regional dos direitos do cidadão reuniu-se com representantes do Incra e da Federação Nacional dos Quilombolas para tratar dos obstáculos que impedem a regularização fundiária das comunidades quilombolas em Minas Gerais. A demora na tramitação dos processos de reconhecimento das comunidades e de demarcação e titulação dos respectivos territórios foi admitida pelo Incra e justificada pela inexistência de pessoal suficiente para elaboração dos estudos.

O destaque da reunião foi a sugestão encaminhada pela representante da Federação no sentido da criação de uma Representação Regional da Fundação Cultural Palmares, à semelhança do que ocorre em Alagoas, Maranhão, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Minas Gerais ainda não possui uma representação regional do órgão encarregado de conduzir o processo de autorreconhecimento das comunidades quilombolas, apesar de estar entre os estados com maior número desses grupos no país.





---

**Petrobras vai indenizar parte da remoção de índios**

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23.11.2013

*Segundo a Petrobras, o reembolso será limitado a R\$ 15 milhões*

A Petrobras assinou, em Fortaleza, termo em que se compromete a reembolsar o governo do Ceará em metade dos gastos com a remoção das comunidades indígenas devido a construção da Refinaria Premium 2. O termo faz parte do processo de licenciamento para as obras de implantação da refinaria.

O compromisso da estatal será o reembolso de metade das despesas do governo do Ceará com a aquisição de terreno, pagamento de indenizações, construção de infraestrutura para a realocação das comunidades e criação da reserva indígena. Segundo a Petrobras, o reembolso será limitado a R\$ 15 milhões.

A Refinaria Premium 2 será construída do município de Caucaia (CE), a 50 quilômetros de Fortaleza, no Complexo Industrial e Portuário de Pecém, e terá capacidade de processar 300 mil barris de petróleo por dia, abastecendo o mercado nacional de derivados com baixo teor de enxofre.

O projeto está em fase final de avaliação para adequação aos preços internacionais, bem como o estabelecimento do prazo de conclusão e o uso de tecnologia padronizada. A Premium 2 faz parte de uma estrutura montada pela Petrobras para atender à demanda de combustíveis prevista para 2020, cerca de 3,4 milhões de barris por dia. A refinaria deve entrar em operação entre o final de 2017 e meados de 2018.

O termo que estabelece a compensação foi assinado pelo governo do Ceará, a Fundação Nacional do Índio, o Ministério Público Federal, a Superintendência do Patrimônio da União e as comunidades indígenas. Com ele, será criada a Reserva Indígena Taba dos Anacés.



## **Médica boliviana forma líderes indígenas do Amazonas em saúde**

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 23.11.2013

A solidariedade não entende de fronteiras, e uma amostra disso é o trabalho que a médica boliviana Fátima López realiza no Amazonas, onde há anos forma em saúde voluntários e líderes de comunidades indígenas ribeirinhas.

Sua paixão por conhecer mundo, sua vocação solidária e seus conhecimentos médicos empurraram esta boliviana, nascida em Santa Cruz de la Sierra, a iniciar uma viagem sem volta ao Brasil para ajudar a melhorar a vida de algumas das comunidades mais carentes do país.

"Me considero uma cidadã de mundo. Minha família são os moradores das comunidades onde desenvolvo meu trabalho, onde cheguei só com uma mochila e um sorriso", explicou a Agência Efe a médica, especialista em doenças tropicais.

Há três anos, Fátima vive em comunidades ribeirinhas no interior do Amazonas, onde ensina líderes comunitários algumas práticas médicas fundamentais para o cuidado dos moradores de uma das regiões brasileiras, que como ela mesma contou, está mais afastadas dos serviços de saúde.

Até agora cerca de 80 pessoas foram formadas em mais de dez comunidades, distribuídas nos municípios de Carreiro Castanho e Presidente Figueiredo. A profissional, que visitou Manaus pela primeira vez em 2000 para desenvolver uma pesquisa sobre doenças tropicais, lembrou as dificuldades que os habitantes da região têm para acessar aos serviços básicos de saúde. "Têm que pegar uma balsa ou barco e caminhar durante muito tempo", explicou sobre o percurso até conseguir assistência médica.

Quando conheceu esta realidade a médica boliviana disse ter se sentido na "obrigação" de ajudar, e em 2010 decidiu se instalar no Amazonas para ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em municípios carentes de assistência básica.

Em Carreiro Castanho e Presidente Figueiredo, os voluntários formados se organizam em grupos para atender a população que sofre de algum problema de saúde. Além de ajudar a sua preparação, Fátima também se encarrega de trazer profissionais brasileiros para conferências e conselhos de saúde. "Gosto de cooperar. Às vezes as comunidades se sentem esquecidas, mas elas também podem formar e ajudar os outros", afirmou.

Fátima vê com bons olhos o Programa Mais Médicos, uma iniciativa do governo federal anunciada em junho para suprir a falta de profissionais nas áreas mais remotas e pobres do país.

No entanto, considerou imprescindível que se continue trabalhando "a formação local", que  
CONT.



assim contribuirá para o programa "Mais Médicos". "As pessoas têm sede de aprender, e quando compartilhamos, elas se sentem queridas. São protagonistas", destacou.

O trabalho de Fátima não seria possível sem a ONG "Semeando Saúde", uma associação formada por espanhóis que, sob o lema "ensinar, curar e prevenir para cultivar dignidade" arrecadam fundos para formar "agentes de saúde" e ajudar os ribeirinhos.

"Com eles, tenho uma família muito maior e juntos fazemos a diferença", disse visivelmente emocionada a médica, que tem esclerose múltiplo, uma dura doença, que, no entanto, não a impede de realizar esse bonito trabalho no Amazonas.

"Eu e a doença somos como o encontro entre Rio Negro e Solimões, caminhamos juntos e eu sou o Solimões, que vai mais rápido, e a esclerose é o Rio Negro, mais lento, mas sempre juntos", explicou a boliviana, que conta que a doença a ensinou que é preciso "aprender a viver com alegria".



## Exposição reúne obras contemporâneas de indígenas da América do Sul

SÍTIO REVISTA EXAME, 19.11.2013

*Em cartaz a partir do dia 28 de novembro, mostra tem como proposta mesclar tradição e novas tecnologias em uma nova estética ameríndia*



Mostra fica em cartaz em Brasília até 2 de fevereiro de 2014

A Casa da Cultura da América Latina (CAL) da Universidade de Brasília (UnB) recebe a partir do dia 28 de novembro a exposição "iMira! – Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas", que traz pinturas, desenhos, cerâmicas, vídeos e fotografias dos povos originários da América do Sul.

Idealizada no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, em junho, a mostra reúne pela primeira vez no País obras contemporâneas de artistas indígenas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

A exposição propõe ao público entrar em contato com as novas estéticas dos povos ameríndios, em que os autores produzem arte aliando seus saberes tradicionais às modernas tecnologias.

Em sua passagem por Belo Horizonte, a exposição foi dividida em três núcleos: Cosmovisões; Paisagens e História; e Violência. "Indígenas vivendo de arte é novidade até nas aldeias", apontou Maria Inês de Almeida, curadora e coordenadora da exposição. "Se na Semana de Arte Moderna de 1922 vimos artistas brancos antropofagizando a arte indígena, agora criadores indígenas fazem o mesmo com estéticas de outras culturas."

A reunião das obras foi feita por uma equipe de antropólogos, comunicadores e indigenistas do Núcleo de Pesquisas e Letetraterras da UFMG, que percorreram milhares de quilômetros em busca da arte indígena latino-americana. Mais de 300 obras foram levantadas e, depois, um conselho curador escolheu as mais de 100 obras de artistas de diferentes etnias.

Além da mostra, entre os dias 12 e 13 de dezembro, acontece o Seminário Internacional Universidade, Arte, Cultura e Desenvolvimento, em que artistas indígenas e pesquisadores vão debater sobre a relação entre as artes indígena e ocidental.

"Qual é a arte que estamos fazendo? É contemporânea ou não? Estamos fazendo uma arte nova? Nesse encontro, dialogamos sobre essas questões", explicou Brus Rubio, artista da etnia Bora-Huitoto, do Peru.

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

---

iMira! – Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas

Abertura: 28 de novembro, às 19h

Local: Galerias Acervo, CAL e de Bolso da CAL (SCS Quadra 4, Edifício Anápolis)

Telefone: (61) 3321.5811

Visitação: até 2 de fevereiro de 2014, todos os dias das 9h às 18h

Entrada franca

Classificação livre

## **Demarcação de territórios quilombolas afeta 3 mil famílias no Norte do Estado** SÍTIO GAZETA ON LINE, 24.11.2013

*Ministério Público Federal quer acelerar criação dos territórios*



Aos 62 anos, José Ayres Nascimento orgulha-se de sua roça e das cabeças de gado que possui, herança que pretende deixar para sua única filha. A 20km de sua casa vive Jorge Blandini, 58, que luta pelo legado de seus ancestrais: o território quilombola de São Domingos, entre São Mateus e Conceição da Barra. Os dois são negros, mas estão no extremo de conflito de terras que, no Norte do Estado, pode afetar mais de 3 mil famílias.

É uma disputa que promete se acirrar a partir da decisão do Ministério Público Federal (MPF) de cobrar na Justiça a celeridade na demarcação dos quilombolas no país. No Estado, a proposta enfrenta resistência de produtores rurais e empresas, que voltam a se mobilizar. Em 2009, após uma série de protestos, eles fecharam a BR 101. O Incra chegou a pedir o apoio de forças federais para realizar a vistoria nas terras.

Demora

No Espírito Santo, mais de cem comunidades foram identificadas como quilombolas, mas nenhuma teve a área demarcada. Os processos são alvo de ações judiciais ou andam a passos lentos, quadro que procuradores da República querem mudar. A primeira ação cobra justamente a criação do território de São Domingos.

Se isso acontecer, as terras de Jorge vão absorver as de Ayres, que não aceita a situação: "Tenho escritura e a quero respeitada. Sou afrodescendente, mas não quilombola", diz. Próximo a ele, vive Juarez dos Santos, 81, outro produtor que descende de negros e é contrário a proposta: "Não vou partilhar minhas terras", frisa.

Expectativa

No outro extremo está a família de Jorge, que há três gerações vive a expectativa de ver seu território demarcado. "É um sonho", conta a esposa dele, Luzinete Serafim Blandini, 54. Juntos relatam que viram suas terras, assim como as de outros quilombolas, serem degradadas e absorvidas pelas florestas de cana e de eucalipto. "Muitas comunidades vivem ilhadas", diz Jorge.

CONT.



Sem espaço para roças, relata o casal Blandini, as comunidades apostaram na queima do carvão como subsistência, atividade hoje vedada por questões ambientais. "Proibiram até de criar gado", diz Elda Maria dos Santos, a Miúda, 54, líder do Linharinho, território cuja demarcação foi suspensa na Justiça.

Nessas comunidades, há casas de estuque, falta água encanada, e os mais velhos são analfabetos. São famílias que vivem de cestas básicas e do Bolsa Família e cujos filhos vão para periferias das cidades em busca de oportunidades. "A duras penas tentamos manter nossos laços, nossas tradições", explica Jorge. Assim como Ayres, ele promete não desistir da luta por suas terras.

### O CENÁRIO NO ESTADO

Pelo menos cem comunidades foram apontadas como quilombolas no Estado. Um total de 28 já foi identificado pelo Inra, das quais oito contam com processos para demarcação dos territórios. Parte delas é alvo de ações judiciais propostas por empresas e produtores rurais que não aceitam a desapropriação de suas terras.

#### Processos em andamento

##### Conceição da Barra

- 1 Angelim 1 3 mil hectares
- 2 Angelim 2 750 hectares
- 3 Angelim 3 160 hectares
- 4 Angelim Disa 910 hectares

Com 200 famílias, a demarcação foi retomada no final de 2010, quando a bacia do Rio Angelim foi dividida em quatro núcleos. Aguarda a conclusão de relatórios técnicos.

##### 5 Linharinho

A área de 9 mil hectares foi reduzida para 4 mil hectares.

O processo foi cancelado em 2010, na Justiça, e está sendo reiniciado com ajuda do Ministério Público Federal. Aguarda conclusão do relatório antropológico. Possui 48 famílias.

##### 11 Roda d'Água

Roda d'Água e Morro da Onça 700 hectares  
Córrego do Alexandre 100 hectares  
Porto Grande 40 hectares

Com 50 famílias, possui o reconhecimento da Fundação Palmares. Aguarda a produção dos relatórios e do cadastro das famílias.

##### 6 São Domingos

Possui 11.603 hectares.

Sua aprovação está pendente por ser a maior área quilombola do Estado, com 144 famílias. Um dos entraves é o custo para desapropriação, cerca de R\$ 800 mil por família. É analisada a redução do território.

##### Cachoeiro

##### 24 Monte Alegre

Possui 1.095 hectares. Os entraves estão na identificação dos proprietários das áreas a serem desapropriadas. Tem 102 famílias.

##### São Mateus

##### 13 São Jorge

O processo foi cancelado na Justiça, mas deve ser reiniciado e o território deve ser dividido em três comunidades: São Jorge, Córrego do Sapato e Morro da Arara.

##### 14 Serraria e São Cristóvão

Possui 1.219 hectares.

Com 45 famílias, foi alvo de diversas manifestações. O processo foi paralisado após decisão judicial.

##### Ibiraçu

##### 22 São Pedro

Possui 316 hectares.

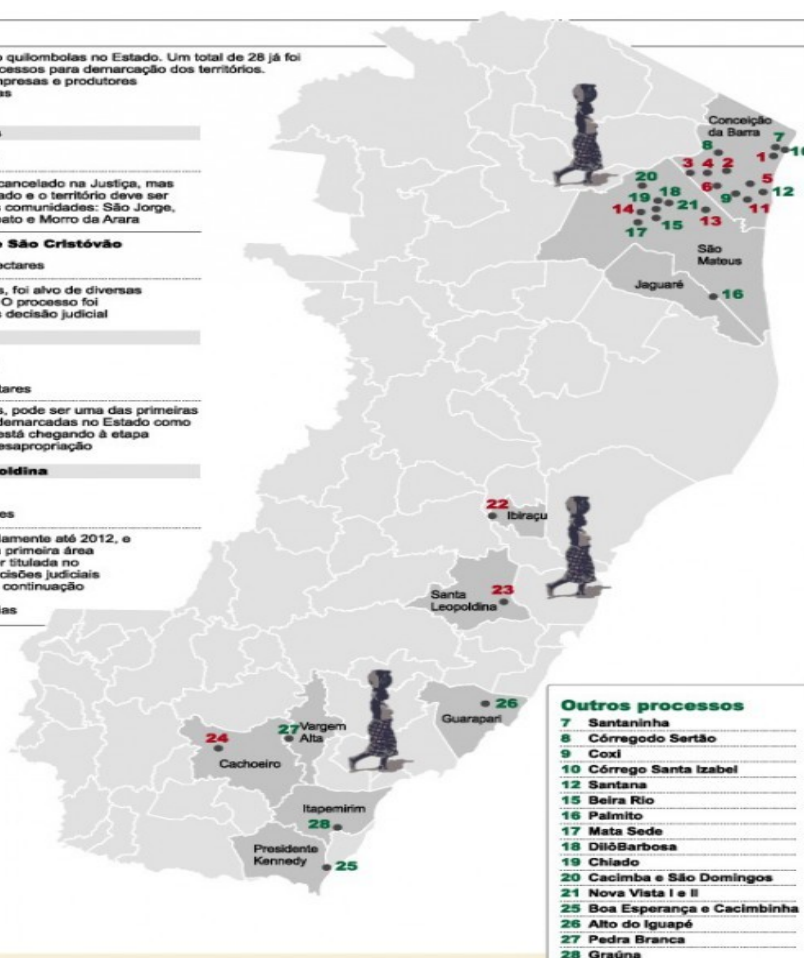
Com 43 famílias, pode ser uma das primeiras áreas a serem demarcadas no Estado como quilombola. Já está chegando à etapa das ações de desapropriação.

##### Santa Leopoldina

##### 23 Retiro

Tem 520 hectares.

Caminhou rapidamente até 2012, e esta teria sido a primeira área quilombola a ser titulada no Estado, mas decisões judiciais suspenderam a continuação do processo. Possui 77 famílias.



#### Outros processos

- 7 Santaninha
- 8 Córrego do Sertão
- 9 Coxil
- 10 Córrego Santa Izabel
- 12 Santana
- 15 Beira Rio
- 16 Palmito
- 17 Mata Sede
- 18 DãoBarbosa
- 19 Chiado
- 20 Cacimba e São Domingos
- 21 Nova Vista I e II
- 25 Boa Esperança e Cacimbinha
- 26 Alto do Iguaçu
- 27 Pedra Branca
- 28 Graúna

#### FIQUE POR DENTRO

##### Quilombolas

No passado foram núcleos de negros que se rebelaram contra o regime colonial. Após a Constituição de 1988, o conceito foi ampliado para áreas de remanescentes dos antigos quilombos que mantiveram suas tradições culturais.

##### Etapas

As comunidades precisam se autodefinir como quilombolas para serem reconhecidas pela Fundação Palmares. Feito isso, é aberto um processo para a demarcação do território. A área é coletiva e pertence à comunidade.

##### Leis

Os quilombolas tiveram seu direito à terra garantido na Constituição de 1988. Em 2003, a titulação dessas áreas foi regulamentada pelo Decreto 4887, que é alvo de uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Com base nele, vários juízes suspenderam a demarcação de terras.

##### Conflitos

Diversos proprietários de terra são contrários à demarcação das áreas quilombolas. No Norte do Estado, o conflito resultou na criação do Movimento Paz no Campo, que em 2009 levou dezenas de produtores - incluindo proprietários negros - para as ruas.

Fonte: Inra

A Gazeta - E2 de Arte - Omeletto/2013



---

**Contrários à alteração em lei de demarcação, índios dizem que governo mexerá em decreto**

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 24.11.2013

Depois da reunião entre o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), convocada pelos ruralistas, na sexta-feira (22), em Brasília, indígenas aguardam por uma posição concreta do Governo Federal relacionado à resolução dos conflitos de terra no estado.

De acordo com o advogado terena, Luiz Henrique Eloy, uma das primeiras iniciativas deve ser a edição de uma das portarias que regulamentam o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, referente à demarcação das terras indígenas. "A alteração será para detalhar mais o procedimento", afirma.

Conforme o advogado, um rascunho das alterações será apresentado, nesta segunda-feira (25), para avaliação de índios e ruralistas. "Vamos avaliar junto à minuta. Mas nós somos totalmente contrários a mexer no processo de demarcação", enfatiza.

Índios relataram formação de milícias a Ministro

Representantes indígenas se reuniram com o Ministro da Justiça, José Cardozo, na quarta-feira (20), e relataram as ameaças sofridas pelas famílias que estão nas terras. "Isto é muito grave. Pois está sendo falado publicamente. Não estão nem fazendo mais às escondidas", afirma.

Um das denúncias foi em relação aos leilões realizados por proprietários rurais para arrecadação de verbas para contratação de segurança privada. Conforme o advogado, problemas com pistolagem sempre existiram, atualmente as ameaças são constantes, principalmente no sul do estado. "Lá a situação é mais grave por conta da fronteira", afirma.



## **Professores indígenas de Feliz Natal recebem formação continuada**

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 25.11.2013

*19 professores indígenas participaram da formação na aldeia Pavuru*



A Unidade de Educação Escolar Indígena Escola Estadual Central Ikpeng, foi o ponto de encontro para realização da formação continuada de Políticas Educacionais entre os dias 12 a 14 de novembro, onde houve estudos, discussões e reflexões com educadores da rede Estadual e Municipal em parceria com a Secretaria de Educação do município de Feliz Natal.

A formação objetiva o enriquecimento da formação dos professores, possibilitando a reflexão e absorção de novos conhecimentos e propostas pedagógicas. É ação importante pela integração entre os profissionais da educação, relação de confiança estabelecida entre educadores das Escolas Indígenas e Cefapro em parceria com a secretaria de Educação, avalia o secretário de Educação Cultura e Esporte Francisco Hevaldo Costa.

“Esse momento tem como objetivo motivar a pesquisa científica no corpo docente indígena e a produzir material pedagógico específico. A importância da formação continuada vem sendo meta prioritária do sistema educacional”, explicou a professora formadora Eunice Fátima de Maria.

Participaram os professores que representam Feliz Natal: Kaji Waura; Jarel Maunaha

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 213 / 2013

Brasília, 25 de novembro de 2013.

Kamaiuara; Sirawan Kaiabi; Tawakari Kaiabi e Jywatari Kaiabi das Aldeia Aruwak - Esc.M. Indígena Aruwak; Aldeia Guarajá- Esc.M. Indígena Ka'i -; Aldeia Maraka- Esc.M. Indígena Maraka; Aldeia Morena- Esc.M. Indígena Sol e Lua; Aldeia Sobradinho - Esc.M. Indígena Jaytata; entre outros do Parque Nacional do Xingu.

Administração Municipal agradece o envolvimento de todos os profissionais da educação entre eles: diretor da Escola: E.E. Central Ikpeng, Pomerquenpo Txição e coordenador Korotowi Taffarell Ikpeng. E aos formadores convidados: Luiz Garcia Junior; Reginaldo Vieira da Costa; Sara Cristina Gomes Pereira



---

**Fim do conflito entre indígenas e fazendeiros custará pelo menos meio bilhão de reais**  
SÍTIO TRIBUNA MS, 25.11.2013

Para ressarcir os produtores rurais que tiveram suas fazendas invadidas pelos índios em Mato Grosso do Sul, o Ministério da Justiça vai ter de assegurar no Orçamento Geral da União do próximo ano pelo menos R\$ 560 milhões, conforme reportagem de hoje (25) do jornal Correio do Estado. Este é o valor calculado pela Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) para indenizar as terras de 80 agropecuaristas que estão com indígenas em suas propriedades. Embora exista grande expectativa dos parlamentares federais e do Governo do Estado na proposta do Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, de garantir recurso orçamentário para indenizar os produtores - após o fracasso da proposta de usar TDAs (Títulos da Dívida Agrária) -, há a necessidade de viabilizar o recurso por meio orçamento do próximo ano.

O presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, mostrou-se preocupado com a proposta do ministro. "Temos de ver o preto no branco a garantia de recursos", destacou o líder do setor agropecuário, enfatizando que a burocracia é grande. Para agilizar o processo, os governos do Estado e Federal criaram uma força tarefa para adequar a legislação que criou o Fundo de Terras de Mato Grosso do Sul à necessidade para que a União possa fazer o repasse ao Estado e este pague os produtores.

Segundo a reportagem de Clodoaldo Silva, correspondente em Brasília, este procedimento vai garantir a indenização das fazendas em disputa no município de Sidrolândia, uma vez que foram assegurados R\$ 30 milhões por meio de emenda do senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ao Orçamento Geral da União deste ano, conforme afirmação do Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, na audiência pública no Senado Federal, na última quinta-feira, que discutiu o conflito envolvendo indígenas e produtores rurais.

Correio do Estado  
Thiago Fernandes

## **Recursos federais: R\$ 57 milhões para garantir territórios quilombolas**

SÍTIO GAZETA ON LINE, 25.11.2013

*Desse total, disponível para todo o país, só 5% foram utilizados*



A quilombola Benedita Caetano sonha com a demarcação de suas terras, mas lamenta a demora do processo

Um levantamento realizado pelo Ministério Público Federal aponta que não é a falta de recursos que vem causando o atraso na regularização dos territórios quilombolas. Pelo contrário: o dinheiro não é utilizado, e com o passar dos anos o orçamento vem sendo reduzido.

Em todo o país, como A GAZETA divulgou na edição deste domingo (24), os procuradores da República ingressaram com ações na Justiça, cobrando agilidade nos processos. No Estado, pelo menos cem comunidades foram apontadas como territórios quilombolas. Um total de 28

delas foi identificado pelo Incra; para oito há processos, mas nenhuma dessas áreas foi regularizada.

Segundo o procurador Leandro Mitidieri, em 2012 o Incra contava com mais de R\$ 105 milhões para regularizar esses territórios no país. Em 2013, esses recursos caíram para R\$ 57 milhões. "É pouco se considerarmos que o total é para o país. Mas só 5% desse total foram utilizados", diz o procurador.

A situação é mais grave com a desaceleração dos trabalhos, observa Mitidieri. De 2010 a 2013 diminuiu o número de publicações de relatórios e portarias de reconhecimento das comunidades. Há três anos, foram publicados 27 relatórios e dez portarias, e neste ano apenas um relatório e três portarias.

Para os produtores rurais estes recursos deveriam ser utilizados para melhorar a vida das comunidades, muitas em situação precária. "Preferem tomar as terras dos negros que já possuem títulos ou de outros produtores rurais", pontua o historiador Eliezer Nardoto, coordenador do Movimento Paz no Campo, que reúne produtores rurais contrários a implantação dos territórios e que prometem se mobilizar contra a proposta.

Futuro incerto

CONT.





Em meio a discussões estão moradores desses territórios, como Benedita Caetano, 52 anos, que vive em São Domingos, entre Conceição da Barra e São Mateus. “Nosso futuro é incerto”, desabafa, ao lado de um forno, onde queima carvão para conseguir cerca de R\$ 200 para as despesas.

O processo de sua comunidade está parado há mais de dois anos. O Incra argumenta que a demora decorre do alto custo das terras de uma das maiores áreas quilombolas do Estado, cuja indenização supera os R\$ 115 milhões.

Para o superintendente regional do Incra, José Cândido Rezende, o que tem atrasado as demarcações são as ações judiciais propostas pelos produtores rurais e empresas. É uma situação que o coordenador regional da Comissão Nacional Quilombola (Conaq), Arilson Ventura, espera ver resolvida com a criação de um fórum para debate do tema. “É a nossa esperança de pôr em prática essas regularizações.”



---

**Defensoria Pública do Pará realiza atendimento em Território Quilombola em Porto de Moz**

SÍTIO JUS BRASIL, 25.11.2013

No dia da consciência negra (20.11.2013), membros da Defensoria Pública Agrária do Pará realizaram atendimento jurídico, promovendo consultas jurídicas e emissão de documentos, na comunidade Taperú, localizada à margem do Rio Xingu, Município de Porto de Moz, em cumprimento a mais uma das ações táticas prevista no Plano Tático do Núcleo das Defensorias Públicas Agrárias-NDPA, decorrente do Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Os membros das comunidades Maripi, Tauará, Buiucu, Taperu e Turu são assistidos pela Defensoria, que atualmente atua para garantir o reconhecimento formal do Território Quilombola, pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), de modo a conferir o título de propriedade da terra à comunidade, nos termos em que preconiza a Constituição Federal, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A abertura do encontro foi realizada pelo presidente da associação Remanescente de Quilombolas, Senhor Ernando Brito Duarte, e contou com apresentação de artefatos encontrados na comunidade, cantigas, danças e culinária da comunidade.

A ação foi realizada pelos Defensores Públicos Agrários Andréia Barreto e Rossivagner Santos, bem como pelas servidoras da Regional de Altamira, Aline Braga e Shayane Freitas. Estiveram presentes no evento os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz; do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz; do Movimento de Mulheres Negas e representante do Município de Porto de Moz.

Fonte: Regional Xingu e NDPA



---

**Indígenas da Reserva Roosevelt recebem ação de cidadania, em RO**  
SÍTIO ROLNEWS, 25.11.2013

*Instituições públicas fazem atendimentos médicos e palestras educativas.*

De sexta-feira (22) até este domingo (24) estão sendo realizadas as atividades da 1ª Ação Social Cinta Larga. Os indígenas da Reserva Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste (RO), recebem atendimentos de cidadania promovidos por instituições públicas parceiras, com atendimento médico e palestras.

A 700 quilômetros de Porto Velho está localizado o Assentamento Canaã, da Reserva Indígena Roosevelt. A pequena vila abriu espaço para várias instituições públicas realizar uma missão de cidadania.

"Estamos ajudando com os caminhões do exército no transporte da comunidade indígena nas localidades onde o ônibus não chega. Trouxemos nossos médicos, dentistas para apoiar no atendimento e estamos também fazendo o alistamento militar", explica o tenente do exército Charlisson Aguiar.

A primeira ação social cinta larga trouxe para a floresta os direitos de cidadão aos indígenas. "Nós poderemos, dessa forma, mapear os problemas de saúde, fazer os documentos básicos de cada um dos indígenas, levar informação para a aldeia. Então, essa ação é muito importante, para, quem sabe, uma nova fase. Uma fase de dias melhores para os índios cinta larga", diz o procurador da república Reginaldo Trindade.

A estrutura para a prestação dos serviços foi montada em uma escola do Assentamento Canaã. A estimativa é atender pelo menos 500 indígenas durante os três dias da ação social, com expedição de documentos, exames médicos e palestras educativas.

"Emitindo as documentações, os índios adquirem o direito aos outros benefícios sociais, por exemplo, ter acesso à crédito, à assistência técnica, capacitação, programas sociais. Tudo isso só com a emissão de documentos", diz Zilane Rabelo, secretária adjunta de Assistência Social. Apesar da ação social trazer benefícios para as aldeias, ainda falta muito para os povos indígenas terem acesso direto a alguns direitos assegurados, como acontece com os demais cidadãos. "A gente se sente abandonado, por causa da ausência da Fundação Nacional dos Índios (Funai), que não está mais dentro da terra indígena, e deixa a gente sem orientação", comenta o cacique Pio Cinta Larga.

## Várias casas são incendiadas em Itaiópolis, no Planalto Norte

SÍTIO MISTUREBAS, 25.11.2013

*Suspeita é de que os incêndios criminosos tenham relação com o confronto entre índios e colonos da região*



Casos estão sendo investigados pela Polícia Civil, mas até o momento, ninguém foi preso por suspeita de envolvimento nos incêndios criminosos, que teriam relação com o confronto entre índios e colonos da região de Bom Sucesso.

Na madrugada deste domingo, oito índios invadiram uma residência e fizeram duas pessoas reféns, e colocaram fogo na casa. Os moradores conseguiram fugir num veículo, mas foram surpreendidos novamente pelos índios e tiveram o carro incendiado. Casas vizinhas também foram alvo do ataque desta madrugada. Casos estão sendo investigados

pela Polícia Civil, que suspeita que os incêndios criminosos tenham relação com o confronto entre índios e colonos da região de Bom Sucesso.



## **Povos indígenas e o debate sobre políticas públicas**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.11.2013



SEMINÁRIO de Políticas Públicas e Povos Indígenas aconteceu no Acre 5 a 7 de novembro – Foto: Nilson Tuwe Huni Ku?

Notáveis acontecimentos dominaram o cenário acreano e os povos indígenas este mês de novembro. Coroado com o resultado da premiação, em que a CPI/Acre levou o 1º lugar do Premio Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, o mês começou com a realização do Seminário de Políticas Públicas, entre os dias 5 a 7 de novembro, no Centro de Formação dos Povos da Floresta. O que se assistiu no seminário e resultou em uma solicitação ao Ministério Público Federal, foram depoimentos que mostraram desencontros entre as políticas públicas e sua realização. Se avanços significativos foram alcançados nas políticas propostas a partir de 1999 incorporando demandas indígenas, a execução das mesmas, hoje, exigem consertações imediatas. Para mostrar isso, as lideranças destacaram os casos da educação e do apoio produtivo no âmbito da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas.

Lideranças indígenas representativas de 22 associações solicitaram ao Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Acre, que acompanhasse e mediasse o diálogo com os governos. A maior parte da carta entregue aos procuradores, referiu-se a setores, programas e ações dos governos, em especial ao do Acre, avaliando sobre a insuficiência do diálogo presente, detalhando e questionando a efetividade e sustentabilidade de muitas ações e a ausência de outras vinculadas, por exemplo, a realização de direitos sociais como a educação.

CONT.



Dirigiram críticas também às prefeituras e órgãos federais como a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A situação mais grave e persistente refere-se à assistência à saúde indígena, sobre a qual essas lideranças solicitaram a realização de audiência pública e investigação sobre a gestão dos distritos sanitários especiais indígenas do Alto Purus e Juruá, justificada pela precariedade dos serviços prestados pela SESAI em articulação com as prefeituras no interior do estado. Sobre a FUNAI é seu enfraquecimento que acarreta lentidão nos processos para demarcação e revisão das terras indígenas e a baixa eficácia no monitoramento e avaliação dos programas sociais e de infraestrutura dos governos. São críticas aos órgãos de governo que “cuidam” das políticas indígenas e que repercutem, obviamente, na inoperância e na disfunção da Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Acre e da própria FUNAI.

A decisão de envolver o Ministério Público Federal ocorreu após uma avaliação dos oito meses que se seguiram ao encontro de março, realizado também no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco, reunindo lideranças de muitas Terras Indígenas que debateram as políticas públicas para os povos indígenas no Acre. Na ocasião, foi elaborado um documento intitulado “Carta das Lideranças Indígenas para os Governos e Sociedade”, recebido por assessores e secretários estaduais e pela então presidente da Funai, que até hoje não encaminharam os assuntos em pauta.

É importante dizer que desde 2010, eventos como seminários, oficinas e reuniões em Rio Branco e Cruzeiro do Sul foram promovidos para esse fim com o apoio e assessoria direta do Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC). Em todos os encontros, um número expressivo de lideranças e associações indígenas compareceu. Portanto, a falta de avanços no diálogo, sua gradual descontinuidade e, a ausência de resposta à carta de março e de esforços para o atendimento das recomendações, justificaram a manifestação junto ao Ministério Público Federal para que interviesse nesse contexto, cobrando dos órgãos governamentais a implantação de direitos garantidos pela Constituição de 1988, pela legislação infraconstitucional subsequente e o que declara a Convenção 169 da OIT.

Não se pode estancar as conquistas. Elas devem evoluir. O destaque antes conquistado pelo Acre no país a partir de práticas educacionais interculturais conduzidas por comunidades e organizações indígenas e indigenistas desde os anos 1980 e que foram orientadoras de políticas educacionais no estado, estão se perdendo. A educação escolar indígena encontra-se hoje estagnada, depende não apenas de uma institucionalidade que não se realizou depois de todos esses anos, como também de ações estruturantes que deixaram de ocorrer e essa ausência teve repercussão no trabalho realizado pelos professores nas escolas em suas aldeias. Para citar exemplos: 4 anos sem realizar cursos de magistério indígena; e, a criação da categoria escola indígena, assegurando a especificidade do modelo de educação intercultural e sua regularização junto aos seus sistemas de ensino, não ocorreu por aqui.

Para completar, a Secretaria de Estado de Educação anuncia um concurso público para o cargo de professor em escolas não indígenas e não considera a situação da grande maioria de professores indígenas que continuam todos os anos a trabalharem com contratos provisórios. Se para isso, é preciso antes a criação da categoria escola e professor indígena, por que isso

CONT.



não ocorreu? Como falar em valorização e profissionalização do professor indígena nessas condições? Algumas iniciativas pedagógicas interessantes propostas pela equipe da Coordenação de Educação Escolar Indígena da SEE encontram-se inclusive ameaçadas pela pouco investimento realizado em ações estruturantes, como as destacadas anteriormente.

Outra área debatida pelas lideranças foi a produção sustentável, um dos eixos do que foi o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE), pensado na relação que deveria ter com a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas (PGTI-PROACRE). O problema não está na falta de investimentos, mas na capacidade de fazer aquilo que é o certo para se alcançar os objetivos propostos, escolhendo os melhores meios e eficiência na aplicação de recursos para isso. Já existem políticas adequadas que devem ser executadas. Demandam para isso um diálogo contínuo, consultando as comunidades em momento oportuno, com procedimentos acordados com elas e com tempo suficiente, como previsto na plenitude do direito de consulta.

Outro ponto do debate diz respeito ao reconhecimento, valorização e profissionalização dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI's) e o estabelecimento de parcerias com organizações indígenas e indigenistas que os apoiam.

Os agentes agroflorestais indígenas conquistaram em suas comunidades, reconhecimento pelo importante trabalho que realizam não apenas sobre o ponto de vista do que assumem como mediadores interculturais de práticas de manejo da agrobiodiversidade, de processos educativos, mas também pelo papel que desempenham como novas lideranças a apoiar as tradicionais, agindo como interlocutores para execução de políticas que conciliem conservação dos recursos naturais, controle político sobre seus territórios e valorização cultural.

Boas condições para o pleno exercício das atividades desses profissionais, sua remuneração efetiva e recursos para sua formação no ensino médio intercultural profissionalizante, ainda carecem de investimentos do poder público.

As inúmeras colocações e análises das lideranças mais uma vez deixam uma lição: insistir no trato das questões e projetos indígenas no varejo, não articulando-as em planos e políticas consensuadas com as representações indígenas e sociedade civil não mudará o quadro preocupante e nem trará para o debate os principais atores e instituições que, contrários a isso, se manifestaram. Não dá para vencer o déficit na ação pública, pensando de maneira fragmentada. Cada setor citado aqui deveria repensar suas práticas e apresentar planos, da mesma forma como são apresentados pelas comunidades e associações, que estão discutindo internamente, se redefinindo na maneira que desejam dialogar. O desejo expresso por todos os presentes ao mencionado seminário é esse de estarmos juntos, em diálogo sempre e nas condições necessárias para isso.

\*Coordenador do Programa de Educação e Pesquisa Indígena – CPI/AC.



**Anos 70: CPI do índio aprova relatório apresentado por deputado**

SÍTIO R7, 25.11.2013

*Objetivo é resguardar os valores culturais dos indígenas*



Relatório defende a proteção das reservas indígenas Agência Estado

A Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou ontem (24/11/1977), por seis votos contra cinco, o relatório apresentado pelo deputado Ubaldo Correa.

O relatório defende a proteção das reservas indígenas contra as constantes invasões registradas.

O objetivo é resguardar os valores culturais dos grupos por meio de uma política adequada.